



**ESPIRITO
SANTO**

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO

IPES

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES

Elementos para Diagnósticos Municipais

APRESENTAÇÃO

1. MICRORREGIÃO DO CAPARAÓ	3
2. ELEMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS	7
2.1. MUNICÍPIO DE ALEGRE	7
2.1.1. Setor agropecuário	7
2.1.2. Setor industrial.....	8
2.1.3. Centro/distrito industrial.....	8
2.1.4. Setor comércio/serviço	8
2.1.5. Agências bancárias presentes no município	9
2.1.6. Prefeitura Municipal de Alegre	9
2.1.7. Estruturas do Estado presentes no município	9
2.1.8. Agência de desenvolvimento local	10
2.1.9. Consórcio intermunicipal	10
2.1.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	10
2.1.11. Projetos potenciais	12
2.1.12. Assentamentos rurais.....	13
2.1.13. Instituições de ensino superior.....	13
2.1.14. Turismo.....	13
2.1.15. Instituições/entidades/pessoas entrevistadas	14
2.2. MUNICÍPIO DE IÚNA	15
2.2.1. Setor agropecuário	15
2.2.2. Setor industrial.....	16
2.2.3. Centro/distrito industrial.....	16
2.2.4. Setor comércio/serviço	16
2.2.5. Agências bancárias presentes no município.....	16
2.2.6. Prefeitura Municipal de Iúna.....	17
2.2.7. Estruturas do Estado presentes no município	17
2.2.8. Agência de desenvolvimento local	17
2.2.9. Consórcios intermunicipais.....	17
2.2.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs, e outros	17
2.2.11. Projetos potenciais	18
2.2.12. Assentamentos rurais.....	18
2.2.13. Instituições de ensino superior.....	18
2.2.14. Turismo.....	18
2.2.15. Instituições/pessoas entrevistadas.....	19
2.3. MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ	20
2.3.1. Setor agropecuário	20
2.3.2. Setor industrial.....	22
2.3.3. Centro/distrito industrial.....	23
2.3.4. Setor comércio/serviço	23
2.3.5. Agências bancárias presentes no município.....	23
2.3.6. Prefeitura Municipal de Guaçuí	23
2.3.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	23
2.3.8. Agência de desenvolvimento local	24
2.3.9. Consórcios intermunicipais.....	24
2.3.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos ONGs e outros	25
2.3.11. Conselho Municipal de Educação	25
2.3.12. Projetos potenciais	27
2.3.13. Assentamento rural	27
2.3.14. Instituição de ensino superior.....	27
2.3.15. Turismo.....	28
2.3.16. Instituição entrevistada.....	28
2.4. MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE	29

2.4.1. Setor agropecuário	29
2.4.2. Setor industrial.....	31
2.4.3. Centro/distrito Industrial.....	31
2.4.4. Setor comércio/serviços	32
2.4.5. Agências bancárias presentes no município	32
2.4.6. Prefeitura Municipal de Muniz Freire.....	32
2.4.7. Estruturas do Estado presentes no município	32
2.4.8. Agência de desenvolvimento local	32
2.4.9. Consórcios intermunicipais.....	32
2.4.10. Associações e sindicatos	34
2.4.11. Projetos potenciais	34
2.4.12. Assentamentos rurais.....	34
2.4.13. Instituições de ensino superior.....	34
2.4.14. Turismo.....	35
2.4.15. Instituições, entidades e pessoas entrevistadas	35
2.5. MUNICÍPIO DE IBATIBA	36
2.5.1. Setor agropecuário	36
2.5.2. Setor industrial.....	37
2.5.3. Centro/distrito industrial.....	37
2.5.4. Setor comércio/serviços	37
2.5.5. Agências bancárias presentes no município.....	37
2.5.6. Prefeitura Municipal de Ibatiba	37
2.5.7. Estruturas do Estado (governo federal) presentes no município	38
2.5.8. Agência de desenvolvimento local	38
2.5.9. Consórcios intermunicipais.....	38
2.5.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	38
2.5.11. Projetos potenciais	39
2.5.12. Assentamentos rurais.....	39
2.5.13. Instituições de ensino superior.....	39
2.5.14. Turismo.....	39
2.5.15. Instituições entrevistadas	39
2.6. MUNICÍPIO DE IRUPI	40
2.6.1. Setor agropecuário	40
2.6.2. Indústrias instaladas no município	40
2.6.3. Centro/distrito industrial.....	41
2.6.4. Setor comércio/serviços	41
2.6.5. Agência bancária presente no município	41
2.6.6. Prefeitura Municipal de Irupi.....	41
2.6.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	41
2.6.8. Agência de desenvolvimento local	41
2.6.9. Consórcios.....	42
2.6.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	42
2.6.11. Projetos potenciais	43
2.6.12. Assentamentos rurais.....	43
2.6.13. Instituições de ensino superior.....	43
2.6.14. Turismo.....	43
2.6.15. Instituições entrevistadas	43
2.7. MUNICÍPIO DE IBITIRAMA.....	44
2.7.1. Setor agropecuário	44
2.7.2. Indústrias instaladas no município	44
2.7.3. Setor comércio/serviços	45
2.7.4. Agência bancária presente no município	45
2.7.5. Prefeitura Municipal de Ibitirama.....	45
2.7.6. Agência de desenvolvimento local	45
2.7.7. Consórcios intermunicipais.....	45
2.7.8. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	45
2.7.9. Assentamentos rurais.....	46
2.7.10. Instituições de ensino superior.....	47
2.7.11. Instituições/pessoas entrevistadas.....	47
2.8. MUNICÍPIO DE DORES DO RIO PRETO.....	48

2.8.1. Setor agropecuário	48
2.8.2. Indústrias instaladas no município	49
2.8.3. Centro/distrito industrial.....	49
2.8.4. Setor comércio/serviços	49
2.8.5. Agência bancária presente no município	49
2.8.6. Agência de desenvolvimento local	49
2.8.7. Prefeitura Municipal Dores do Rio Preto	49
2.8.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	50
2.8.9. Consórcios intermunicipais.....	50
2.8.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	50
2.8.11. Projetos potenciais	51
2.8.12. Assentamentos rurais.....	51
2.8.13. Instituições de ensino superior.....	51
2.8.14. Turismo.....	51
2.8.15. Instituições/pessoas entrevistadas.....	52
2.9. MUNICÍPIO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO	53
2.9.1. Setor agropecuário	53
2.9.2. Indústrias instaladas no município	53
2.9.3. Centro/distrito industrial.....	53
2.9.4. Setor comércio/serviços	54
2.9.5. Agência bancária presente no município	54
2.9.6. Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço	54
2.9.7. Estrutura do Estado presente no município	54
2.9.8. Agência de desenvolvimento local	54
2.9.9. Consórcios intermunicipais	54
2.9.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	55
2.9.11. Projetos potenciais	55
2.9.12. Assentamentos rurais.....	55
2.9.13. Instituições de ensino superior.....	55
2.9.14. Turismo.....	56
2.9.15. Instituições e pessoas entrevistadas.....	56

1.

MICRORREGIÃO DO CAPARAÓ

É composta por nove municípios: Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Lúna e Muniz Freire.

Microrregião altamente dependente da cafeicultura (café arábica, de clima frio/temperado), mesclada com pecuária de leite e alguma potencialidade turística, possui três cidades locais completas e uma boa integração com o núcleo urbano de especialização regional.

Esta microrregião situa-se na zona de “diversificação com café”, constituída pela cultura do café arábica mesclada com olericultura, fomento florestal, pecuária e turismo, além da existência das culturas alimentares tradicionais, como milho, arroz e feijão.

Sendo um espaço microrregional vinculado a Cachoeiro de Itapemirim, depende fortemente da modernização do parque cafeeiro diversificado. (Entretanto, um significativo gargalo para este processo de modernização está nos altos custos dos insumos — calcário, fertilizantes em geral e defensivos —, levando a uma baixa utilização destes, além de não proporcionar escalas relevantes para o comércio e indústria locais.)

No campo da comercialização de café, os compradores organizam-se de forma extremamente oligopolizada, dificultando ainda mais os ganhos efetivos dos produtores, sobretudo dos pequenos.

Nos maiores estabelecimentos é desenvolvida a pecuária leiteira.

Vinculada à metrópole (Grande Vitória), integra-se, desta forma, à lógica exportadora, via produção de café.

Do ponto de vista de um projeto global de desenvolvimento, deve-se considerar seriamente a reestruturação da cafeicultura — tecnificação, produção e comercial —, além da modernização da pecuária leiteira, desenvolvida de forma integrada no âmbito dos estabelecimentos rurais, desenvolvendo-se também a olericultura, e ainda buscando-se a integração a projetos empresariais voltados às atividades ligadas ao reflorestamento.

No campo das atividades industriais, como nos mostram as tabelas que seguem, Guaçuí, Lúna e Alegre concentram quase 75% do pessoal ocupado no setor e 72% das plantas existentes na microrregião. Nos outros seis municípios, a atividade industrial é embrionária ou praticamente inexistente (veja o caso de Divino de São Lourenço). Na relação da microrregião com o conjunto do Estado fica claro que sua expressão é mínima, tanto em relação ao número de plantas (3% do total), quanto ao pessoal ocupado (menos de 1% do total do ES).

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Guaçuí	68	31,92	401	41,51
Iúna	38	17,84	162	16,77
Alegre	48	22,53	158	16,35
Muniz Freire	22	10,32	96	9,93
Dores do Rio Preto	06	2,81	57	5,90
Ibatiba	13	6,10	42	4,36
Irupi	07	3,28	25	2,59
Ibitirama	08	3,75	17	1,76
Divino de São Lourenço	03	1,40	08	0,83
<i>Microrregião (total)</i>	<i>213</i>	<i>100,00</i>	<i>966</i>	<i>100,00</i>

Fonte: FINDES/IDEIES

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	213	3,41	966	0,83
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: FINDES/IDEIES

As três cidades locais completas presentes na microrregião — Guaçuí, Iúna e Alegre — têm apenas o papel de polarizar o interior; cumpre a Cachoeiro de Itapemirim, a cidade regional mais próxima, atrair vários municípios, e, também, à Grande Vitória (GV) exercer influência significativa sobre os municípios que se localizam próximo à BR-262 Sul. Assim, do ponto de vista do processo de polarização microrregional, existem quatro dimensões relevantes: a) polarização de Iúna; b) polarização de Guaçuí e Alegre; c) polarização de Cachoeiro de Itapemirim; e d) influência da GV.

Além das cidades locais, sedia também quatro “cidades embrionárias” (Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Ibitirama e Irupi), com funções de administração municipal, contribuindo, embora pouco, na função de dinamização urbana, via turismo.

Devido à retenção irrisória de ICMS gerado pelo café (principalmente) e outras atividades, as prefeituras locais praticamente não têm nenhuma capacidade de investimento mais significativo, cumprindo apenas o papel de manter minimamente a

estrutura urbana em funcionamento, e, mesmo assim, sem significativas obras de ampliação (ou expansão) do urbano em níveis desejáveis e sob o controle das exigências postas pela maioria da população atingida.

No que diz respeito à organização da sociedade civil na microrregião, pode-se afirmar que seu nível é razoável, destacando-se Guaçuí, com 23 organizações registradas, Alegre, com 13, e Iúna com 8 (o grande destaque fica, portanto, com Guaçuí). É importante registrar que várias dessas organizações são comuns aos três municípios, sem contar os consórcios intermunicipais.

Cabe, entretanto, ao Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó o papel de articular as forças vivas das várias municipalidades naquilo que elas têm de comum: o fato de estarem no entorno do Parque Nacional do Caparaó (PNC). Apesar de ainda recente e embrionária, esta é uma iniciativa de vital importância para a microrregião.

Falando-se em Parque Nacional do Caparaó, não se pode deixar de ligá-lo às favoráveis perspectivas turísticas, constituindo-se um “concorrente” natural às potencialidades da Microrregião Sudoeste Serrana. Assim, mesmo que o turismo, por si só, não consiga dar a dinâmica à microrregião no seu conjunto, pode, porém, desempenhar o importante papel como complementação à lógica socioeconômica dada por uma agricultura fortalecida. Os registros realizados nos nove municípios componentes da microrregião dão conta de uma certa “vocaçãõ” natural para o turismo, devido a sua proximidade com o Parque Nacional do Caparaó. Entretanto, observa-se que este é um fator necessário, mas não suficiente. Isto nos aponta para a necessidade urgente de “especialização” de determinados municípios, no sentido do desabrochamento de suas potencialidades naturais e das construídas. Esta questão se faz presente principalmente nas zonas ou áreas deprimidas, sobretudo nas cidades “embrionárias”, que mal conseguem manter-se no seu processo de reprodução simplificado, sempre vinculado à atividade cafeeira. Já as outras, com melhor armadura urbana, mais densas em termos dos chamados “fatores de aglomeração” — Guaçuí, Iúna e Alegre —, com maior capacidade de polarizar o interior, é provável que tenham mais chances nesta busca de definição de um papel enquanto áreas intrarregionais mais especializadas.

Neste sentido, pode-se afirmar grosso modo que existem duas zonas principais no interior da microrregião: uma primeira, deprimida, estagnada do ponto de vista socioeconômico, que é constituída pelas cidades embrionárias; e uma outra, de transição, composta pelas cidades locais completas, que possuem uma dinamização própria dada pelo processo de diversificação em relação à cafeicultura (este ainda bem limitado, tomando-se como parâmetro a geração de renda intramunicipal), pela presença da bacia leiteira, uma das fortes características da microrregião, pelo nível de organização da sociedade civil e pelo aparato institucional/educacional, este sendo um fator preponderante enquanto alavancador do desenvolvimento econômico.

Cabe, ainda, destacar o papel que Alegre e Guaçuí exercem enquanto centros educacionais mais especializados na microrregião. Em primeiro lugar, devido à presença do Centro Agropecuário da Ufes (Caufes), além da Faculdade de Ciências e Letras de Alegre, com a oferta de nove cursos superiores: Engenharia

Agronômica, Eng. Florestal, Med. Veterinária, Zootecnia, Pedagogia, História, Biologia, Matemática e Letras. Em segundo lugar, registrem-se os cursos de Administração, Direito e Turismo a serem oferecidos pela Universidade de Vila Velha (UVV) — Pólo Sul. Ainda no campo educacional, é fundamental salientar que existe aí um “elo perdido” (esta reflexão vale para todas as microrregiões do Estado), que se expressa na descontinuidade entre os cursos fundamental e médio (primeiro e segundo graus), normalmente deficientes e desvinculados das várias realidades locais, e o curso superior. Há que se pensar seriamente em cursos profissionalizantes de nível médio, para que haja uma “passagem” de um patamar ao outro. Esta não é uma responsabilidade exclusiva dos poderes públicos (municipal e estadual), mas de toda a sociedade civil organizada na microrregião: gestação de idéias e projetos ousados que possam melhorar significativamente o nível educacional das crianças e jovens, peças-chaves de qualquer modelo de desenvolvimento econômico, com um mínimo de sustentabilidade.

2. ELEMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS

2.1. MUNICÍPIO DE ALEGRE

2.1.1. Setor agropecuário

Segundo o IBGE, em 1996 o município possuía 1.491 imóveis rurais, ocupando uma área de 64.780 ha.

Observa-se que a estrutura fundiária é típica de minifúndio, com 76% dos imóveis rurais com áreas inferiores a 50 ha e ocupando 30% da área total das propriedades do município.

Estas pequenas propriedades (menores de 50 ha) empregam 4.312 trabalhadores, representando cerca de 58% da mão-de-obra ocupada no meio rural.

Informações atualizadas obtidas na Emcaper local dão conta de que a agricultura gera atualmente (1999) em torno de 4.600 empregos diretos, num total de 2.038 propriedades. Predomina a propriedade familiar, e a maioria no sistema é de meação de café. A Emcaper atende a cerca de 45% do total de propriedades.

A agricultura representa o “carro-chefe” da economia alegreense. Em 1995 o valor da produção atingiu a casa dos R\$ 11,3 milhões, o que representou 1,8% do valor da produção agrícola de todo o Estado (IBGE).

Destaca-se a cultura do café como exploração agrícola predominante, com um crescimento acima de 30% na área plantada nos últimos quatro anos, atingindo um total de 9.550 ha em 1998. Nesta cultura destaca-se o café arábica, variedade que se adapta melhor ao relevo e clima predominantes do município. Em 1995 o café representou 81% do valor da produção agrícola municipal (IBGE/Sebrae).

Nos últimos quatro anos, os produtores têm procurado melhorar a qualidade e a produtividade do setor cafeeiro, buscando junto à Emcaper informações sobre: melhoria na tecnologia de plantio, adubação, controle de pragas e doenças, escolha de melhores mudas, introdução de mudas clonais (conillon) e irrigação (algumas lavouras já são irrigadas).

Outras culturas, como milho, feijão e arroz, são consideradas pela Emcaper local como de subsistência, com baixa tecnologia; grande parte do milho e do feijão é cultivada em consórcio com o café.

A comercialização de café tem sido feita, na sua grande maioria, pela Cooperativa Agrícola dos Pequenos Produtores do Vale do Paraíso (Coavap).

Apenas o efetivo bovino, ovino e o plantel de galos, frangos e galinhas aumentou no período de 1993 a 1997. Neste mesmo período, de acordo com os dados do IBGE, os efetivos de vacas ordenhadas, suínos, eqüinos, muares e caprinos apresentaram

reduções. A produção pecuária evoluiu de 1993 a 1997 de forma semelhante, com registro apenas de crescimento na produção de ovos. A produção de leite apresentou ligeira queda, bem menos acentuada que a demonstrada na redução do rebanho de vacas ordenhadas; e a da produção de mel caiu de 1.744 para 1.100 kg em 1997. Em 1995 a produção de leite no município representou 3,85% da produção estadual, enquanto a de mel representou 0,96% e a de ovos, apenas 0,16%.

O escritório local da Emcaper apontou como ponto de estrangulamento à expansão da agropecuária no município a dificuldade no planejamento agrícola, gerando problemas na comercialização dos seus produtos.

2.1.2. Setor industrial

No município de Alegre o setor industrial tem menor destaque. As indústrias existentes são de pequeno porte e têm sua maior representação nos segmentos de vestuário e calçados, alimentação e madeira. Segundo dados da Findes para 1998, existem ao todo no município 48 indústrias, representando 0,77% das indústrias instaladas no Estado. Tais plantas empregavam 158 pessoas, ou seja, 0,14% da mão-de-obra ocupada neste setor no Estado, representando, pois, um porte médio abaixo da média estadual, que, segundo levantamento do Ideies, era de 18,4 empregados por indústria.

Ainda segundo a Findes, a maioria dos 48 estabelecimentos industriais do município está concentrada no ramo de vestuário e calçados, com 14 unidades, representando um pequeno pólo produtor. Os demais gêneros significativos são alimentação, com 8 unidades; madeira, com 5 unidades; e metalúrgica, minerais não-metálicos, serviços de reparação e conservação, todos com 3 unidades. Os demais ramos de atividades contam com apenas 1 ou 2 unidades cada.

No contexto microrregional, o número de indústrias e o pessoal ocupado do município representam 22,5% e 16,3%, respectivamente, do total.

2.1.3. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.1.4. Setor comércio/serviço

O comércio local tem sua representação na área atacadista e varejista. A área atacadista (com dois estabelecimentos) concentra-se na comercialização de produtos, principalmente advindos da agricultura, e a varejista (com 798 estabelecimentos) é bem diversificada. Nela podem ser encontrados gêneros alimentícios, móveis e eletrodomésticos, vestuário, material de construção, produtos farmacêuticos e toda uma linha de gêneros de primeira necessidade.

O setor de serviços é representado no município por 175 estabelecimentos, distribuídos nas mais variadas áreas.

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais/97), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 1997 o setor empregava 1.751 pessoas, o que representa aproximadamente 74,35% dos postos de trabalho formal existentes em Alegre.

2.1.5. Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil
- Banestes
- Bradesco S/A
- Caixa Econômica Federal

O crédito agrícola no município dá-se através das seguintes instituições:

- Banestes – Pronaf (café e bovinocultura de leite)
 - Recursos próprios (café e bovinocultura de leite)
- Banco do Brasil – Pronaf (custeio de café)
 - Outros (café e bovinocultura de leite)

O Pronaf financia atualmente 45 projetos, contratados no valor de R\$ 171.400,00, objetivando melhoramentos nas atividades cafeeiras e na bovinocultura de leite do município.

2.1.6. Prefeitura Municipal de Alegre

Secretaria da prefeitura ligada ao desenvolvimento econômico — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

2.1.7. Estruturas do Estado presentes no município

- Emcaper (escritório local)
Rua Olívio Corrêa Pedrosa, 566
Alegre ES
29500-000
Telefone: 552-1466
- Idaf
Rua Olívio Corrêa Pedrosa, 566
Alegre ES
29500-000
Telefone: 552-1466
- Sebrae/ES (embora presente no município, não possui escritório local)

2.1.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.1.9. Consórcio intermunicipal

Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó — Oficialmente formalizado em 7 de maio de 1999, possui como objetivo principal a exploração do ecoturismo e do agroturismo, considerando esses dois setores como alternativas econômicas desejáveis às lavouras de café e à pecuária. Este consórcio foi um dos resultados do trabalho da Associação “Amar-Caparaó” e, posteriormente, do Fórum Pró-Caparaó, realizado pela Seama nos dez municípios da região (Alegre, Guaçuí, Dorés do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Lúna, Irupi, Muniz Freire, São José do Calçado, Ibitirama e Ibatiba – num total de 380 mil habitantes). O acesso capixaba ao Parque Nacional do Caparaó – a estrada-parque – foi uma das metas e resultado da ação do Fórum, assim como a promoção de cursos de formação de multiplicadores em educação ambiental em todos os municípios. Há ainda muitas ações e projetos a serem realizados para que o desenvolvimento sustentável realmente se estabeleça e se possa contar com um ecoturismo e um agroturismo responsáveis e não-predatórios. É imprescindível um mínimo de remuneração e de condições materiais básicas para as pessoas que se dispõem a desenvolver ações nestes setores, para que elas possam dedicar-se inteiramente ao trabalho. É preciso ainda de melhores condições de transporte, de comunicação e de infra-estrutura organizacional.

Coordenadora do Consórcio: Dalva Riguier, da Seama, Vitória, ES.

2.1.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação Pró-Melhoramento Ambiental da Região do Caparaó (Amar-Caparaó) — Fundada em 5 de junho de 1994 e formada pelos dez municípios da região, constitui uma ONG dedicada à recuperação, melhoramento e preservação do meio ambiente de um dos mais importantes pólos ambientais do País. Foi criada após a realização do Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (em 1991), quando constatou-se que a região havia atingido um ponto máximo de desmatamento e degradação ambiental e que o Parque Nacional do Caparaó era muito pequeno como reserva de proteção para uma biodiversidade em franco processo de extinção. Em 1995 a Amar apresentou ao governo do Estado uma proposta de criação de Região Ecológica Modelo da Serra do Caparaó. A partir daí, desencadeou-se uma série de medidas e ações, além da criação do Fórum Pró-Caparaó, já citado. A Amar-Caparaó tem sede no Patrimônio da Penha, município de Divino de São Lourenço.

Grupo de Educadores Ambientais de Alegre (Geaac) — Fundado em 1998, tendo atualmente cerca de 35 membros efetivos, é uma entidade preocupada com o meio ambiente da Serra do Caparaó. A principal preocupação do grupo é com o lado social dos moradores do entorno, já que o homem é que interfere diretamente no meio ambiente. O Geaac faz um trabalho de informação, com palestras nas escolas,

acompanhando os estudantes em passeios ecológicos, além de fazer o mesmo trabalho com as associações comunitárias.

Grupo de Educar e Evitar Farmacodependência (Geef) — Tem por objetivo informar sobre as conseqüências e os riscos das drogas.

Grupo Kapixawa — Do Centro Agropecuário da Universidade Federal do ES (Caufes), entidade de defesa da natureza, tem por objetivo educar e informar sobre como preservar e recuperar o meio ambiente (agricultura alternativa).

Conselho Municipal de Turismo

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Ação Social

Conselho Municipal Tutelar

Cooperativa Agrícola dos Pequenos Produtores do Vale do Paraíso (Coavap) — Possuindo uma filial no município de Alegre, a Coavap, com sede em Espera Feliz (MG), ao completar 15 anos de existência, transformou-se em empresa de porte, marcando presença na região, gerando receita e empregos. Operando exclusivamente no ramo cafeeiro, em 1998 comercializou mais de 180 mil sacas de café, com um faturamento bruto de R\$ 27 milhões. A previsão é de que até o final de 1999 a comercialização do produto supere a cifra de 250 mil sacas, pois a empresa vem incentivando o plantio de novos pés, com uma assistência técnica direcionada e racional. Em 1998 a Coavap comercializou, a preço de custo, 2,8 milhões de mudas para os seus cooperados. A cooperativa gera 98 empregos diretos e 50 indiretos, incluindo os funcionários da filial de Alegre. Possui entrepostos de atendimento ao produtor, por meio dos quais capta, armazena e comercializa o café. Além disso, oferece aos sócios lojas com produtos básicos de lavoura em Minas Gerais.

Endereço Filial Alegre: Rua Antônio Lemos Júnior, 90

Alegre ES

Matriz: Rua Carangola, 1.071

Espera Feliz MG

36.830-000

Fone: (032) 746-1126

Fax : (032) 746-1149

Sindicato Rural de Alegre

(Presidente: José Blunck, fone 552-1382)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre

(Presidente: Francisco José Souza Bravo)

Rua Dr. Chacon, s/n.º

Centro

Alegre ES

29.500-000

Telefone: 552-2643

Sindicato dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Alegre
(Presidente: Iale Delano Cavalcante)

Rua Monsenhor Pavesi, s/n.º

Centro

Alegre ES

29.500-000

Telefone: 552-1599

2.1.11. Projetos potenciais

O Programa de Interiorização do Sebrae/ES, que elaborou o *Diagnóstico Socioeconômico do Município de Alegre*, destacou um conjunto de potencialidades econômicas para o município, que foram discriminadas por setor de atividade econômica. Entrevistas com agentes da Prefeitura Municipal de Alegre e da Emcaper apontaram também potencialidades que se somam àquelas registradas pelo Sebrae:

- Aproveitamento das excelentes condições climáticas para produção do café com intensificação do emprego das técnicas e processos que levem à melhoria da qualidade do produto.
- Ampliação das áreas exploradas com a horticultura e fruticultura, esta, segundo padrão tecnológico mais indicado para as condições edafoclimáticas do município.
- Investimento em melhoramento genético do rebanho bovino leiteiro.
- Reflorestamento com essências nativas e florestamento econômico.
- Construção de viveiros para a produção de mudas de café, frutas e essências nativas.
- Construção de estruturas para armazenamento da água para irrigação na agricultura e desenvolvimento da piscicultura.
- Exploração da ranicultura.
- Extração de granito.
- Diversificação da agricultura através do cultivo do palmito pupunha.
- Exploração racional e econômica das reservas de argila.
- Reativação e fortalecimento da exploração da sericicultura.
- Implantação de agroindústrias com o objetivo de extração de polpa de frutas para ser preservada e fabricação de doces.
- Implantação de indústrias de suco de laranja.
- Incremento da fabricação de embutidos e produtos de laticínios.
- Implantação de indústria para produção de lajotas e telhas.
- Indústria de confecções e brindes.
- Desenvolvimento das atividades relacionadas ao agroturismo/ecoturismo.
- Instalação de hotel-fazenda nas proximidades da Cachoeira da Fumaça.
- Criação, pela municipalidade, com parceiras, do Museu Histórico.

2.1.12. Assentamentos rurais

Há no município o assentamento rural “Floresta”, apoiado pelo Incra, que, além de lavouras de subsistência, cultiva o café e olerícolas.

2.1.13. Instituições de ensino superior

O município possui duas instituições de nível superior:

Centro Agropecuário da Ufes (Caufes) — Cursos oferecidos: Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia.

Endereço: Alto Universitário

Alegre ES

29.500-000

Telefones: 552-1400/552-1389/552-1403

Fax: 552-1400

Faculdade de Ciências e Letras de Alegre (Fafia) — Cursos oferecidos: Biologia, História, Letras, Matemática e Pedagogia

Endereço: Rua Pe. José Belot, 100

Centro

Alegre ES

29.500-000

Fones: 552-1412/552-1227/552-1636

Fax: 552-1412

E-mail: fafia@spponline.com.br

Home page: <http://www.spponline.com.br/fafia>

2.1.14. Turismo

O município de Alegre é muito rico em belezas cênicas (naturais e artificiais). Com a implantação do Conselho Municipal de Turismo de Alegre, novas diretrizes estão sendo implantadas visando o desenvolvimento turístico da região. O município conta com cinco hotéis.

Principais atrativos:

- Cachoeira da Fumaça, queda de água de 80 metros a 28 km da sede
- Cachoeira do Barulho, a 26 km da sede
- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha, sede
- Palacete Miguel Simão, sede
- Pico do Pombal
- Pedra da Severina
- Festival de Música de Alegre — Um dos maiores eventos de música popular do País, conta com participantes concorrentes ao festival procedentes de diferentes estados, dividindo o palco do Centro de Lazer de Alegre com artistas consagrados.

2.1.15. Instituições/entidades/pessoas entrevistadas

Emcaper (escritório local)
(Floriswaldo Lima dos Santos)
Telefone: 552-1466

Prefeitura Municipal de Alegre
(Gilvan Dutra Machado – prefeito municipal)
Parque Getúlio Vargas, 01
Centro
Alegre ES
29.500-000
Telefone: 552-1783
Fax: 552-1699

2.2. MUNICÍPIO DE IÚNA

2.2.1. Setor agropecuário

As principais culturas do município são café, milho, feijão e eucalipto; e o café representa 93,53% da renda total do setor (IBGE, 1995/96).

Segundo dados da Emcaper (1998), a área total cultivada do café é de 24 mil ha e a área em produção é de 18 mil ha. A previsão de safra 1999-2000 é de 200 mil sacas e para 2000-2001 é de 500 mil sacas. Praticamente todo o produto é comercializado pelos produtores no próprio município, com empresas locais. Essas empresas têm o mercado de Vitória como principal cliente. Alguns produtores comercializam com Minas Gerais (Lajinha e Manhauçu). Os preços seguem os praticados no Centro do Comércio de Café de Vitória.

Os tratos culturais e a colheita são feitos manualmente e, em alguns casos, utilizam-se herbicidas. As técnicas de produção são típicas para a cafeicultura de montanha, onde o adensamento das lavouras já está se tornando prática comum.

O número de empregos gerados na cafeicultura é de 4 mil temporários durante 150 dias úteis e 2 mil empregos diretos.

Segundo a Emcaper local, os principais pontos de estrangulamento do setor são:

- os preços de insumos são reajustados em dólar, enquanto o preço do café, na maioria das vezes, é reajustado em real;
- o preço pago aos produtores não contempla a qualidade *bebida*;
- estradas vicinais de difícil acesso no período chuvoso;
- sistema de comunicação deficitário – falta telefonia celular;
- falta política para cafeicultura de montanha;
- falta reforço nas redes de transmissão de energia elétrica;
- insuficiente divulgação das qualidades do café produzido nas montanhas capixabas;
- pouca participação orçamentária do setor agrícola;
- falta de política para fortalecimento da agricultura familiar;
- necessidade de continuar com crédito rural para a agricultura familiar.

A cultura do milho e a do feijão são desenvolvidas em consórcio com o café. Com o adensamento do café e aumento do preço da mão-de-obra, o milho tende a desaparecer e o feijão passa a ser produzido apenas para consumo familiar.

O cultivo do eucalipto em escala comercial foi introduzido no município através do Programa de Fomento Florestal da Aracruz, em uma área de aproximadamente 400 ha. Atualmente as áreas de eucalipto que estão sendo colhidas são substituídas pelas de café, devido à recuperação dos preços deste.

A forma de gestão predominante nas propriedades de Iúna é a agricultura familiar.

A estrutura fundiária do município, segundo dados do IBGE (1995/96), é representada em 50% por estabelecimento de 0-10 ha. Os estabelecimentos de 10-50 ha correspondem a 39%, enquanto todos os demais (50-500 ha) representam apenas 11%.

Devido à grande diversidade de clima, Lúna possui potencial para exploração de frutas, flores, piscicultura e agro/ecoturismo.

No município existe a Agroindústria Ozório, que fabrica iogurte e leite pasteurizado. Utiliza matéria-prima de Ibatiba, Irupi e local. O produto é comercializado em Ibatiba, Irupi, Marechal Floriano, Muniz Freire, Ibitirama, Alegre, Jerônimo Monteiro, Castelo, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante e no próprio município. Possui 13 empregados e apresenta um faturamento de R\$ 5 mil mensal.

2.2.2. Setor industrial

No município de Lúna, segundo dados da Findes/Ideies (1998), o maior percentual de pessoal ocupado neste setor (37,03%) encontra-se em 9 empresas de alimentos, e o gênero mobiliário (com 7 empresas) é o responsável por 28,3%. As demais pessoas ocupadas neste setor (34,58%) encontram-se distribuídas em 22 empresas dos mais diversos gêneros. Em relação aos demais municípios da Microrregião do Caparaó Lúna encontra-se em terceiro lugar, com 17,84% das unidades industriais e 16,77% de pessoal ocupado.

2.2.3. Centro/distrito industrial

Encontra-se em fase de implantação.

2.2.4. Setor comércio/serviço

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais/97), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o setor empregava, naquele ano, 1.673 pessoas, o que representa aproximadamente 55,76% dos postos de trabalho formal existentes em Lúna.

2.2.5. Agências bancárias presentes no município

- Banestes
- Banco do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- Cooperativa de crédito (agência), vinculada à Cooperativa de Crédito de Venda Nova do Imigrante. Já criada, com instalação agendada para final de julho/1999.

2.2.6. Prefeitura Municipal de Lúna

Secretarias da prefeitura ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura e Meio Ambiente
- Assessoria de Planejamento
- Finanças
- Interior e Transporte
- Obras e Serviços Urbanos

Obs.: A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente realiza trabalhos com equipamentos oriundos do Pronaf.

O município possui PDU aprovado.

2.2.7. Estruturas do Estado presentes no município

- Emcaper (escritório local)
- Idaf

2.2.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.2.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó — Formado pelos nove municípios da Microrregião do Caparaó e órgãos governamentais, como Ibama, Seama, Idaf etc., tem por finalidade o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

Consórcio I — Formado pelos municípios de Lúna, Ibatiba, Irupi, Ibitirama. Tem por finalidade a promoção sociocultural e desportiva dos municípios conveniados.

2.2.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs, e outros

Associação de Produtores de Vargem Alegre (Aprova)
(Presidente: Vilson Barbosa)

Associação da Mulher Trabalhadora
(Presidente: Neli César)

Associação de Agropecuaristas de Lúna
(Presidente: Pedro Miranda)

Conselho Com. e Desenvolvimento de Pequiá
(Presidente: Antônio Ferreira)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lúna e Irupi
(Presidente: Sebastião Dutra de Souza – fone: 545 1298)

Federação de Associações Comunitárias Rurais de Lúna e Irupi (Faci)
(Presidente: João Mariano Martins – fone: 545 1298)

Sindicato Rural de Lúna
(Presidente: Augusto Mariano Neto – fone: 545 1438)

Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Lúna e Irupi
(Presidente: José Azevedo Faria – fone: 545 1136)

2.2.11. Projetos potenciais

Portal do Espírito Santo — A ser instalado na divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, no distrito de Pequiá, Lúna. Tem por objetivo a divulgação turística do Estado; informações diversas ao turista; venda de artesanato local. O projeto inclui a construção de quiosques, lanchonete e banheiros. Será administrado pela PMI em parceria com a Associação dos Produtores Artesanais de Lúna.

Unidade de indústria artesanal de alimentos — Encontra-se em fase de implantação. Objetivo: melhoria da qualidade do produto artesanal, maior fonte alternativa de geração de renda do município.

Criação do pólo industrial — O terreno já foi adquirido pela municipalidade e destina-se à instalação de indústrias já existentes e que demandam ampliação de espaço, bem como de novas indústrias. Este projeto será viabilizado em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Lúna.

Criação da Escola Técnico Agrícola — Está em construção; com funcionamento previsto para o ano 2000.

2.2.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.2.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.2.14. Turismo

- 2 hotéis, somando 145 leitos.

- O município conta com os seguintes pontos turísticos:
 - Água Santa: local místico, atrai significativo número de fiéis no dia 12 de dezembro, dia de Santa Luzia;
 - Rio Claro, São João do Príncipe e outros: cachoeiras
 - Pesque-pague Jamelão
 - Pico Colossus: 1.600 m de altitude, com trilha.

Segundo a assessora de planejamento da prefeitura, o município de Lúna polariza hoje a Microrregião do Caparaó tanto na área de serviços, quanto na de atividade comercial e industrial. A cidade conta com potencial no setor de turismo de negócios, devido à infra-estrutura física, com espaços para eventos esportivos, culturais, exposições agropecuárias, etc. Quanto ao ecoturismo e ao agroturismo, Lúna dispõe de inventário realizado pelo Sebrae, detalhando o seu expressivo potencial. Dispõe, também, de conselho municipal e toda legislação pertinente à implementação de um plano municipal de desenvolvimento turístico.

2.2.15. Instituições/pessoas entrevistadas

Prefeitura Municipal de Lúna
(Ivanete Gomes Silveira Saloto)
Rua Desembargador Epaminondas Amaral, 58
Centro
Lúna ES
29 390-000
Telefax: 545 1322

Escritório local da Emcaper
(Onofre Oliveira Almeida Rodrigues)
Telefax: 545 1247

2.3. MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

2.3.1. Setor agropecuário

As culturas mais representativas no município, segundo dados do IBGE (1995/96), são o café e as culturas de subsistência — milho, feijão e arroz. Há, ainda, cana-de-açúcar e banana, pouquíssimo representativas. A Emcaper local registra ainda o cultivo do tomate. A pecuária de leite ocupa a maior parte da área produtiva municipal.

De acordo com informações da Emcaper, das 654 propriedades existentes atualmente no município, cerca de 550 exploram a cultura de café, somando uma área perto de 6.400 ha, com uma produção média estimada em 60 mil sacas, o que lhe confere um rendimento de 10 sacas por hectare. Tal cultura é a principal atividade agrícola do município, uma vez que 84% das propriedades a exploram. Deste total, 90% das lavouras estão instaladas em propriedades abaixo de 100 ha e envolvem, diretamente, mais de 1.500 trabalhadores entre proprietários, parceiros e assalariados.

A cultura é conduzida em três formas diferenciadas: nas pequenas propriedades (0-100 ha) utiliza-se predominantemente a mão-de-obra familiar e a mão-de-obra do parceiro; nas propriedades médias (100-500 ha), utiliza-se a relação de parceria em sua grande maioria, enquanto nas grandes propriedades é comum a utilização de assalariados temporários e permanentes.

Nos últimos dez anos houve pouca renovação no município, devido a vários fatores. Entre eles pode-se citar o baixo preço do produto verificado nos últimos anos, provocando uma forte descapitalização dos cafeicultores. Espaçamento inadequado, além da falta de correção e fertilização corretas também têm contribuído para a baixa produtividade das lavouras. A qualidade do produto final é muito prejudicada, não se conseguindo, no mais das vezes, um produto que supere o tipo 7. Apesar dos problemas, o café ainda é o responsável direto pela maior circulação de dinheiro no comércio local, notadamente nos meses de abril a setembro, época da colheita. A produção é comercializada na sede do município, onde existem três compradores de café, a preços inferiores à cotação oficial. O café tem uma importância muito grande para o município, pois a principal fonte de renda dos pequenos agricultores vem da cultura do grão, sendo cada família — com média de cinco pessoas, que trabalham na atividade café em sistema de parceria — contemplada com uma renda mensal de, no máximo, três salários mínimos.

Em resumo, os principais problemas enfrentados pelos cafeicultores de Guaçuí são: lavouras com baixa produtividade devido à idade avançada dos cafeeiros, deficiência na correção, fertilização e controle de pragas e de doenças; falta de mudas de boa qualidade; má qualidade do café produzido, provocada por colheita malfeita; produtor completamente descapitalizado.

A pecuária de leite é a segunda atividade mais importante no município, depois do café, ocupando uma área aproximada de 28.300 ha de pastagens, com um rebanho

de 22.702 animais, produzindo perto de 5.200 mil litros de leite por ano. Envolve 270 produtores, o que representa 41% dos proprietários.

A atividade possui uma importância econômica e social muito grande para a região, uma vez que mais de 80% dos produtores de leite estão inseridos no estrato 0-100 ha e produz menos de 50 litros por dia, utilizando, em sua grande parte, mão-de-obra familiar. Apesar disso, o nível tecnológico empregado pelos produtores é muito baixo, apresentando, como consequência, uma baixa produtividade e um pequeno retorno econômico, e, quando não, significativos prejuízos, que culminam no abandono da atividade.

Na sede do município está instalada a Cooperativa Laticínios Guaçuí Ltda. (Colagua), com capacidade de receber e processar 50 mil litros de leite diários. Atualmente está recebendo 25 mil litros/dia, uma vez que, além de Guaçuí, ela recebe leite de vários outros municípios da região.

Na área da cooperativa, a pecuária leiteira é explorada principalmente por pequenos e médios produtores, com predominância dos primeiros, e para a grande maioria deles o leite é a principal fonte de renda.

Devido a uma série de fatores, que serão abordados a seguir, a produção de leite na região é caracterizada por uma expressiva sazonalidade, provocando resultados negativos para os produtores, e, conseqüentemente, para a economia regional e municipal.

O escritório local da Emcaper aponta como principais problemas da atividade no município: a) a alimentação é constituída basicamente de pastagens com gramíneas de baixo valor nutritivo, e, em muitos casos, erroneamente enriquecida com capim no cocho (na sua maioria com capim passado do ponto de corte). Há que se considerar a topografia acidentada da região, que eleva significativamente a demanda de energia, não compensada pela alimentação deficiente. A produção de silagem é muito pequena, e a de feno, inexistente; b) alto preço dos insumos e baixo preço do leite; c) recursos financeiros a juros incompatíveis, principalmente para investimentos em melhoria de rebanho; d) praticamente não existem tratores e equipamentos agrícolas para atender à pecuária no que diz respeito ao preparo do solo para formação de pastagens, forragem para corte e confecção de silagem, e o que existe é vendido a preços incompatíveis (hora/máquina = R\$ 20,00) com a realidade do bovinocultor, desestimulando, assim, o uso de tecnologia para a produção de alimentos, que é o principal problema da atividade.

As culturas de milho, feijão e arroz, embora encaradas como atividades de subsistência, têm grande importância para o município. Poucos são os agricultores que realmente as consideram como meio de obter lucro. Esse modo de pensar está tão arraigado que, mesmo quando o preço é compensador, como tem acontecido após a implantação do Real, a atividade não recebe a atenção do agricultor, a não ser por vezes a expansão da área de plantio, mas sempre seguindo os mesmos métodos rotineiros. Com o empobrecimento acelerado do solo, com a continuidade do emprego de métodos inadequados de condução das culturas e o crescente aumento da demanda, devido ao aumento da população, as colheitas não têm sequer dado para cobrir a autodemanda das propriedades rurais.

A situação do município com relação às três atividades é a seguinte: milho, ocupando uma área aproximada de 900 ha, com rendimento médio de 2 mil kg/ha, conforme dados da Emcaper; o feijão ocupa atualmente uma área de 200 ha, com rendimento médio de 720 kg/ha; e o arroz, com 50 ha, já em extinção no município, rendimento que vai além de 2.500 kg/ha. Mesmo em queda, as três culturas envolvem perto de 800 pessoas, entre pequenos produtores e outros.

Assim, a cada ano que passa, a área de plantio vem diminuindo, principalmente a de arroz. Na cultura de milho, 90% dos produtores utilizam sementes de boa qualidade e 20% deste total utilizam adubação química. Na cultura de feijão, embora a adubação química nessa cultura tenha um percentual mais expressivo do que na do milho (de 30 a 40%), as sementes utilizadas no plantio, na sua grande maioria, são de baixa qualidade, prejudicando a produtividade.

Em suma, os principais problemas enfrentados pelos produtores, no que se refere às culturas brancas, são: a) alto preço dos insumos, principalmente sementes; b) na cultura do feijão, pouca disponibilidade de sementes; c) falta de máquinas (tratores) para atender as necessidades; d) alto índice de perdas no armazenamento feito nas propriedades.

Segundo a Emcaper local, o município produz 780 toneladas de tomate numa área de 13 ha. O cultivo é feito em terrenos arrendados no município por produtores procedentes do Estado do Rio, para onde a produção é transferida.

No que se refere à estrutura fundiária, dados atualizados da Emcaper indicam que 83% do total das propriedades possuem até 100 ha, num percentual de 38% da área ocupada. Propriedades de 101 a 200 ha representam 10% do número total e 20% da área. As que ocupam acima de 200 ha representam apenas 7% do total de propriedades, ocupando 42% da área total.

Obs.: Não há registro da existência de agroindústrias no município.

2.3.2. Setor industrial

Segundo a Findes/Ideies (1997/98), o município de Guaçuí abriga um total de 68 empresas industriais, ocupando 401 empregados. Quatro gêneros de atividade se destacam: alimentos, representando 26% do total de plantas, gerando 138 empregos (34% do total); mobiliário, com 19% do total, empregando 68 pessoas; vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 16% do total, empregando 100 pessoas, e metalúrgico, com 12% do total, empregando 16 pessoas. No contexto microrregional, o número de indústrias e o pessoal empregado representam 32% e 41,5%, respectivamente, do total, ficando Guaçuí em primeiro lugar no *ranking* dos nove municípios que compõem a Microrregião do Caparaó.

2.3.3. Centro/distrito industrial

Nas décadas de 70 e 80 foram criados no município os parques industriais “Aristides Couzi” e “Balança”, para abrigar indústrias guaçuenses na área moveleira. Hoje estão também instaladas oficinas mecânicas e de lanternagem e indústrias torrefadoras de café. Atualmente, a prefeitura incentiva a instalação de novas indústrias, através da doação de terrenos em áreas estratégicas de crescimento, além dos incentivos fiscais.

2.3.4. Setor comércio/serviço

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais/97), em 1997 o setor empregava 1.758 pessoas, o que representa aproximadamente 58,46% dos postos de trabalho formal existentes em Guaçuí.

2.3.5. Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil
- Banestes
- Bradesco
- Caixa Econômica Federal

2.3.6. Prefeitura Municipal de Guaçuí

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

2.3.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

Emcaper

Idaf
Rua Joaquim Martinho de Carvalho, 269
Guaçuí ES
Fone: 553-1411
Fax : 553-1796

Sebrae/ES
Av. José Alexandre, 1039
Telefax: 553-1520

Serviço de Vigilância Sanitária e Epidemiológica (Sevisa)
Rua Senador Atílio Vivacqua s/n.º
Fone: (027) 553-3337

E-mail: www.us3.guaçui.com.br

2.3.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.3.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó — Oficialmente formalizado em 7 de maio de 1999. Objetivo principal: a exploração do ecoturismo e do agroturismo como alternativas econômicas desejáveis às lavouras de café e à pecuária. O consórcio foi um dos resultados do trabalho da Associação Amar-Caparaó e, posteriormente, do Fórum Pró-Caparaó, realizado pela Seama nos dez municípios da região (Alegre, Guaçuí, Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Iúna, Irupi, Muniz Freire, São José do Calçado, Ibitirama e Ibatiba — num total de 380 mil habitantes). O acesso capixaba ao Parque Nacional do Caparaó se dá por meio de estrada-parque, que foi uma das metas e resultado da ação do fórum. Registre-se igualmente a promoção de cursos de formação de multiplicadores em educação ambiental em todos os municípios. Há ainda muitas ações e projetos a serem realizados para que o desenvolvimento sustentável realmente se estabeleça e se possa contar com um ecoturismo e um agroturismo responsáveis e não-predatórios. É imprescindível um mínimo de remuneração e de condições materiais básicas para as pessoas que se dispõem a desenvolver ações nestes setores, para que possam dedicar-se inteiramente ao trabalho. É necessário também garantir melhores condições de transporte, de comunicação e de infra-estrutura organizacional. A coordenadora do consórcio é a Sra. Dalva Riguier, da Seama, Vitória, ES.

Projeto Managé/Consórcio de Recuperação da Bacia do Rio Itabapoana — Envolve cinco municípios do Estado do Rio, quatro de Minas Gerais e nove do Espírito Santo. Coordenado pela Universidade Federal Fluminense e inserido na política federal de apoio às bacias hidrográficas brasileiras, o Programa de Ação Interinstitucional Integrado na Bacia do Rio Itabapoana e seu Meio Ambiente — conhecido como Projeto Managé — foi considerado em Brasília como um modelo de planejamento e administração, pois ultrapassa as fronteiras políticas e regionais. Através dele, lideranças locais e comunitárias estão sendo ouvidas, e as decisões relacionadas com obras, saneamento, educação e meio ambiente passam a fazer parte de uma política para a própria bacia. O centro de suas preocupações são os recursos hídricos e todas as melhorias sociais e econômicas advindas de suas soluções. O Managé está dividido em três fases estratégicas: diagnóstico da bacia, intervenção e gestão ambiental. Foi criado em 1997 o Consórcio da Bacia do Rio Itabapoana, um passo importante para o encaminhamento dos problemas da região e para a implementação do Projeto Managé. (Seu presidente é o prefeito de Mimoso do Sul, Sr. Ronan Rangel. A Assessoria de Comunicação do Projeto Managé fica localizada à Rua Passo da Pátria, 156 – Bloco D, Sala 564 – CEP 24.210-240 – Niterói/RJ – Telefone: (021) 719-2517 e 620-7070 – Fax: 719-2517. O Consórcio tem sede em Mimoso do Sul e seu telefone é 555-1333.)

2.3.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos ONGs e outros

Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Santo Antônio (Aprosan)

Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Santa Catarina (Aprusc)

Associação de Produtores Rurais da Comunidade da Pratinha de Santa Luzia

Associação de Produtores Rurais e Moradores da Comunidade da Fazenda Aparecida (Apreufa)

Associação de Produtores Rurais de São Pedro de Rates (Aprosper)

Associação Comunitária Sempre Viva de Guaçuí (Acosvig) — Atua nas áreas social, cultural e de recreação.

Associação Guaçuense de Proteção ao Ambiente Natural (Aguapan) — Criada em agosto de 1989.

Associação Pró-Melhoramento Ambiental da Região do Caparaó (Amar-Caparaó) – Fundada em 5 de junho de 1994 e formada pelos dez municípios da região, constitui uma ONG dedicada a recuperação, melhoramento e preservação do meio ambiente de um dos mais importantes pólos ambientais do País. Foi criada após a realização do Encontro Nacional de Comunidades Alternativas, em 1991, quando constatou-se que a região havia atingido um ponto máximo de desmatamento e degradação ambiental e que o Parque Nacional do Caparaó era muito pequeno como reserva de proteção para uma biodiversidade em franco processo de extinção. Em 1995 a Amar apresentou ao governo do Estado uma proposta de criação de Região Ecológica-Modelo da Serra do Caparaó. A partir daí desencadeou-se uma série de medidas e ações e a criação do Fórum Pró-Caparaó, já citado. A Amar-Caparaó tem sede no Patrimônio da Penha, município de Divino de São Lourenço.

2.3.11. Conselho Municipal de Educação

Conselho Tutelar

Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente

Conselho Comunitário

Conselho Municipal do Desenvolvimento Agrícola

Conselho Municipal da Saúde

Conselho Municipal da Ação Social

Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

Cooperativa Agrocafeeira de Guaçuí

Cooperativa Laticínios de Guaçuí Ltda. (Colagua) – Fundada em 1958 e atuando em diversos municípios da região, a Colagua, além da captação diária de 25 mil litros leite, fabrica vários derivados. São vários tipos de queijo – prato, mussarela, minas, provolone, ricota e requeijão. Produz também leite, iogurte, bebidas lácteas e achocolatados. Seus produtos são comercializados em todos os municípios do entorno do Caparaó e em alguns municípios limítrofes com os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Setenta por cento dos produtos são transportados em frota própria. Segundo seu presidente, Sr. Osmar Lucindo, a cooperativa vem planejando e executando investimentos visando ao aumento da produtividade da empresa, lançando novos produtos e implementando melhorias no parque industrial da instituição — para estar apta a atender à demanda existente e a expor seus produtos em hotéis, pousadas e outros empreendimentos turísticos que estão surgindo na região, após a abertura do Portal de Acesso à Serra do Caparaó pelo lado capixaba. Recentemente foram investidos cerca de R\$ 800 mil na modernização da indústria de laticínios, veículos e equipamentos, e a cooperativa se prepara para investir mais R\$ 1,9 milhão na coleta do leite, que virá das fontes produtoras totalmente refrigerado.

Endereço: Rod. 482, km 93 (Trevo)
29.560-000
Guaçuí ES
Telefone: 553-1152
Fax: 553-1201

Cooperativa de Crédito Rural de Guaçuí (Crediguaçuí) — Fundada há 10 anos, conta hoje com 320 associados. Visa dar apoio financeiro aos produtores rurais através de linha de crédito rural e empréstimos, sendo os recursos, no momento, apenas os captados junto aos associados através de depósitos a vista, RDB, etc.

Grupo Municipal de Controle de Agrotóxicos (AGMCA) — Criado há cerca de um ano. No município de Guaçuí conta com 18 membros efetivos e é congregado a instituições como o Idaf, Emcaper, Escola Agrotécnica “Eugênio de Souza Paixão” e secretarias municipais de Educação e Cultura. Tem por objetivo, de acordo com o coordenador geral da entidade, promover a educação para o uso adequado dos defensivos agrícolas e divulgar alternativas para controle das pragas e doenças das lavouras, que geram desequilíbrio biológico quando usados indiscriminadamente, causando sérios impactos ambientais, desde a contaminação dos mananciais hídricos até intoxicação em trabalhadores rurais. Para entrar em sintonia com os produtores da região de Guaçuí, o GMCA mantém um programa na rádio local, “O encontro com o homem do campo”, dando excelentes resultados.

Sindicato Patronal Rural de Guaçuí
(Antonio Aloísio de Souza)
Av. Francisco Lacerda de Aguiar, 477
Fone: 553-1647

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaçuí
(Jorge Antônio da Silva)
Av. José Alexandre, 518

Fone: 553-1793

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guaçuí
 (José Rubens Toledo)
 Rua Bom Jesus do Livramento, s/n.º
 Fone: 553-2814
 Fax: 553-2814

2.3.12. Projetos potenciais

- Instalação da Sedes/UVV, com cursos nas áreas de Direito, Turismo e Administração (detalhado a seguir).
- Instalação da empresa “Natures”, ligada ao beneficiamento de polpas de frutas, gerando cerca de 90 empregos, com projeto financiado pelo sistema Geres/Bandes no valor de R\$ 1,5 milhão.
- Incentivo à instalação de novas empresas, com doação de terreno.
- Maior desenvolvimento do turismo, reforçado pela abertura do Parque Nacional do Caparaó pelo lado do Espírito Santo, capitaneado ainda pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região.
- Construção e funcionamento da Hidrelétrica de Rosal na divisa de Guaçuí, São José do Calçado e Estado do Rio de Janeiro.

2.3.13. Assentamento rural

Assentamento “Luis Talireli Neto”, com 136 famílias, numa área de 9,2 ha para cada família. As principais culturas são: café, milho, arroz e feijão, além da pecuária leiteira.

2.3.14. Instituição de ensino superior

Universidade de Vila Velha (UVV), Pólo Sul — Administração, Direito e Turismo deverão ser os primeiros cursos da unidade que o Centro Superior de Vila Velha (CSVV) irá implantar em Guaçuí. Convênio neste sentido foi assinado entre a Sociedade Educacional do Espírito Santo (Sedes/UVV-ES) e a Prefeitura de Guaçuí. O município cedeu um terreno de 25 mil m² para a UVV construir as instalações da unidade. O projeto arquitetônico está em fase de conclusão. A idéia da unidade UVV – Pólo Sul não é simplesmente fazer uma transferência do modelo vigente em Vila Velha para Guaçuí. Ao ser concretizada a proposta de interiorização, serão observados o tempo, o espaço e o homem do interior, ou seja, ao serem interiorizadas, as ações serão ajustadas ao contexto socioeconômico e cultural regional.

2.3.15. Turismo

A estrutura turística do município consta de 5 unidades de hospedagem, 14 pontos turísticos e 20 festas ou atividades turísticas.

Com um bom patrimônio natural, sua flora contém resquícios da Mata Atlântica. Sua fauna é rica, composta de peixes e pássaros típicos e animais maiores, como capivara, macacos, jaguatirica, etc.

Sua rede hidrográfica apresenta inúmeras quedas d'água, açudes e fontes naturais. Entre as suas belas cachoeiras e corredeiras, a poucos quilômetros do centro da cidade, está a “Tremedeira”, que recebe grande visitação no verão, sendo um local de encontro da juventude guaçuense. Outro destaque é a “Cachoeira da Barra”, que possui o melhor conjunto turístico: a fazenda velha, com seu casarão centenário, o alambique, a casa de força, a serraria, a trilha em meio à mata, tudo isso a apenas dez minutos da cidade.

A população tem consciência do valor de seu patrimônio arquitetônico. São preservados seus casarios em estilo eclético, com influência da *art nouveau* e do período colonial brasileiro, que se refletem ainda em outras construções, como igrejas, e no pontilhão de ferro. Algumas fazendas merecem destaque, como a Fazenda do Castelo, considerada modelo pelo imperador D. Pedro II, e a Fazenda da Cachoeira, com seu cemitério de escravos.

Os aspectos cultural e artístico são incentivados pela população. No folclore destacam-se a “Quadrilha Ouro e Prata”, a “Charola de São Sebastião” e as folias de reis, além de outras manifestações, como o “Boi Pintado e as Mulinhas”, “Caxambu”, “Mineiro-Pau” e o “Bate-Flechas”.

Por todos estes aspectos — a beleza natural, o patrimônio histórico e cultural, o clima, a educação de qualidade e a hospitalidade de seu povo —, Guaçuí pode ser considerado privilegiado turisticamente e com potencial de desenvolvimento desta atividade.

2.3.16. Instituição entrevistada

Emcaper (escritório local)
 (José Hemerly Sorte)
 Rua Deude Cade, s/n.º
 Guaçuí ES
 29.560-000
 Telefone: 553-1791
 E-mail: guaçuí@emater.es.gov.br

2.4. MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

2.4.1. Setor agropecuário

Com uma topografia predominantemente montanhosa (33,66%) e declividade entre 20 e 100%, Muniz Freire possui solos de fertilidade média a baixa, com pH em torno de 5. O clima é temperado seco.

As condições naturais potencializam o setor agropecuário para reflorestamento, culturas permanentes e pastagens. Nas regiões com declividade de 20 a 45% recomenda-se o uso de lavoura e nas de declividade inferior a 30%, o de lavouras de ciclo curto.

A atividade agropecuária gera, segundo o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muniz Freire, cerca de 14 mil empregos diretos.

Estão registradas 1.666 propriedades rurais, das quais 1.321 estão na faixa de 0 a 50 ha, e 207 na faixa de 50 a 100 ha. As duas faixas correspondem a 91,7% do total de propriedades.

Predomina a agricultura familiar e suas formas rudimentares de gestão. Mesmo na empresa agrícola, a administração é ainda empírica. Os proprietários, em ambos os casos, mostram alguma resistência ao uso de tecnologias apropriadas para o melhor desempenho de suas atividades e praticamente só buscam assistência técnica quando seus produtos alcançam preços elevados. O controle dos custos e da renda gerada é quase nulo. O uso incorreto dos solos acarreta graves danos ambientais.

O relevo declivoso dificulta o preparo, plantio e conservação dos solos. O número de máquinas e implementos agrícolas disponíveis ao setor é insuficiente.

Os insumos representam uma importante adição aos custos dos produtos e as fontes de crédito para o setor não apresentam juros compatíveis à renda do pequeno e médio produtor.

As principais culturas distribuem-se no território municipal, conforme demonstra o quadro a seguir:

Distribuição territorial da atividade agropecuária

Discriminação da Área	Distrito	Produto
ÁREA I	Sede	Café, Banana, Leite
ÁREA II	Itaici	Leite, Carne (Pequena Produção)
ÁREA III	Vieira Machado	Leite, Café
ÁREA IV	Menino Jesus e São Pedro	Café, Eucalipto
ÁREA V	Piaçu	Café, Horticultura, Leite, Banana e Silvicultura

Fonte: Relatório PRONAF, 1998

Cafeicultura: É a mais importante atividade agrícola do município, influenciando diretamente o desenvolvimento rural e urbano.

É a principal fonte de renda da agricultura familiar de Muniz Freire. Cada família, com média de cinco pessoas, que trabalha na cafeicultura em sistema de parceria, tem renda mensal de até quatro salários mínimos.

No período de abril a julho, época da colheita, há um significativo aumento de liquidez entre os produtores rurais, beneficiando o comércio local.

Setenta por cento das lavouras são exploradas em regime de parceria, cujos parceiros utilizam mão-de-obra familiar. Vinte por cento das lavouras são exploradas por proprietários que, além de usarem mão-de-obra familiar, contratam serviços de terceiros na colheita.

Entre proprietários e parceiros o município possui 2.550 produtores de café e 12.750 pessoas dependem diretamente da atividade (relatório Pronaf — 1998).

Mercado do café — 20% da produção é comercializada no posto Coavap (Cooperativa dos Cafeicultores do Vale do Paraíba — Espera Feliz - MG); 80% é vendida a intermediários da região, muitas vezes a preços inferiores aos da cotação oficial.

Pecuária de leite — Segunda atividade econômica em importância no município, conta com cerca de 220 produtores e um rebanho de aproximadamente 12.750 animais.

Oitenta e seis por cento dos produtores de leite usam quase exclusivamente mão-de-obra familiar, contratando terceiros na *bateção de pastos*. Os 14% restantes possuem cafeeiros e também contratam trabalhadores diaristas por ocasião de *bateção de pastos* e drenagem de córregos.

Mercado do leite — 85% do leite é comercializado através das usinas de leite, cooperativadas ou particulares; os 15% restantes são vendidos no varejo ou entregues a padarias e bares.

Noventa e cinco por cento da produção de batata inglesa, batata baroa, repolho, tomate, outras olerícolas e citros é explorada em regime de parcerias com utilização de mão-de-obra totalmente familiar.

Mercado da batata baroa — 98% da produção é vendida para Minas Gerais, dos quais 60% na Ceasa e 38% distribuídos a outros municípios mineiros. Cerca de 2% são comercializados na região.

Mercado da batata-inglesa — 40% vendida a feiristas capixabas e 60% comercializada para feiristas de cidades mineiras limítrofes do município.

Feijão e milho — Culturas de subsistência. Apenas o excedente da produção de feijão (25%) é comercializado na região.

Crédito agrícola — Os principais financiamentos estão consignados no Funcafé, Proger e Pronaf, sendo as atividades mais beneficiadas a olericultura e o cultivo de café. Atualmente, as referidas linhas de crédito estão suspensas. Segundo a Emcaper local, o problema tem origem na falta de liquidez das agências locais.

Pronaf — Com os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o município adquiriu em 1997 uma retroescavadeira. Construiu uma estação de alevinagem, um viveiro de mudas de café e essências nativas e uma unidade de defumação destinada ao treinamento de agricultores familiares para beneficiamento da carne suína e bovina. O total dos recursos gastos nesse ano foi de R\$ 122.267,00. Em 1998, contando com R\$ 199.600,00 do programa, foram adquiridos um trator agrícola com implementos (arado, grade, ensiladeira e batedeira de cereais); dois tanques de expansão (leite); e uma máquina móvel para beneficiamento de café. Foram também executados 13 km de eletrificação rural.

Está prevista para o próximo semestre a instalação de uma Unidade de Tratamento de Madeira (eucaliptos) no município.

Outra empresa de beneficiamento agrícola é a *Aguardente Deliciosa*, com a produção de 150 mil litros/ano. A destilaria emprega 12 trabalhadores e tem um faturamento de R\$ 120 mil/ano.

2.4.2. Setor industrial

Os dados da Findes/Ideies (1997/98) evidenciam a insipiência do setor industrial em Muniz Freire. Destaca-se o gênero mobiliário, com o maior número de empresas instaladas (07) e cujo pessoal ocupado representa 62,5% do total de indivíduos empregados na indústria local. As 22 empresas instaladas no município representam 10,3% do número de empresas industriais da microrregião em que ele se insere.

No contexto estadual, o setor industrial de Muniz Freire representa 0,35% do total do número de empresas instaladas e 0,08% do pessoal ocupado na atividade.

É importante destacar que o município sedia a *Usina Hidrelétrica Muniz Freire*; construída pela Samarco Mineração S/A, que utiliza a energia elétrica ali gerada como insumo básico no seu processo industrial. Inaugurada em 1997, a usina tem capacidade para produzir 25 megawatts — o que equivale a 20% do que é gasto na unidade industrial de Ponta Ubu, no município de Anchieta. Isso representa para a empresa uma redução dos custos em US\$ 2 milhões anuais.

Para a construção da usina de Muniz Freire foram investidos US\$ 25 milhões, provenientes de recursos da própria Samarco e de financiamento obtido do Internacional Finance Corporation (IFC), departamento do Banco Mundial.

2.4.3. Centro/distrito Industrial

Inexistente.

2.4.4. Setor comércio/serviços

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), em 1997 o setor empregava 590 pessoas, o que representa aproximadamente 55,5% dos postos de trabalho formal existentes em Muniz Freire.

2.4.5. Agências bancárias presentes no município

- Banestes
- Banco do Brasil

2.4.6. Prefeitura Municipal de Muniz Freire

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Agricultura
- Meio Ambiente
- Planejamento
- Transportes/Obras e Infra-estrutura

2.4.7. Estruturas do Estado presentes no município

Emcaper (escritório local)

Endereço: Travessa Remi Luiz Alves, s/n.º

Parque de Exposição Agropecuária Dirceo Santos

Telefone: 544.1161

Idaf

Endereço: Travessa Remi Luiz Alves, s/n — Parque de Exposição

Agropecuária Dirceo Santos

Telefone: 544.1113 - Ramal 316

2.4.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente

2.4.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó — Formalizado em 07/05/1999, tem, entre outros objetivos, o da exploração do ecoturismo e do agroturismo como alternativas econômicas desejáveis às lavouras de café e à pecuária. O consórcio foi um dos resultados do trabalho da Associação Amar-Caparaó e posteriormente do Fórum pró-Caparaó, realizado pela Seama nos

dez municípios da região (Alegre, Guaçuí, Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Iúna, Irupi, Muniz Freire, São José do Calçado, Ibitirama e Ibatiba), atingindo um total de 380 mil habitantes. O acesso capixaba ao Parque Estadual do Caparaó — a estrada-parque — foi uma das metas e resultado de ação do Fórum, assim como a promoção de cursos de formação de multiplicadores em educação ambiental em todos os municípios. Há ainda muitas ações e projetos a serem realizados para que o desenvolvimento sustentável realmente se estabeleça e se possa contar com um ecoturismo e um agroturismo responsáveis e não predatórios. É imprescindível um mínimo de remuneração e de condições materiais básicas para as pessoas que se dispõem a desenvolver ações nesta área, para que possam dedicar-se inteiramente ao trabalho. É necessário também garantir melhores condições de transporte, de comunicação e de infra-estrutura organizacional. A Coordenadora do Consórcio é a Sra. Dalva Riguier, da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio ambiente (Seama), Vitória, ES.

Associação pró-Melhoramento Ambiental da Região do Caparaó (Amar-Caparaó) — Fundada em 05/06/94 e formada pelos 10 municípios da região, constitui uma ONG dedicada a recuperação, melhoramento e preservação do meio ambiente de um dos mais importantes pólos ambientais do País. Foi criada após a realização do Encontro Nacional de Comunidades Alternativas, em 1991, quando constatou-se que a região havia atingido um ponto máximo de desmatamento e degradação ambiental e que o Parque Nacional do Caparaó era muito pequeno como reserva de proteção para uma biodiversidade em franco processo de extinção. Em 1995 a *Amar* apresentou ao governo do Estado uma proposta de criação de Região Ecológica Modelo da Serra do Caparaó. A partir daí desencadeou-se uma série de medidas e ações e a criação do Fórum pró-Caparaó, acima citado. A *Amar-Caparaó* tem sede no Patrimônio da Penha, município de Divino de São Lourenço.

Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim — Fundado em 12/12/1997, é composto pelos municípios capixabas de Irupi, Iúna, Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivacqua, Castelo, Conceição do Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Muniz Freire, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Muqui, além do município mineiro de Lajinha. Objetivos: representar seus membros em assuntos de interesse comum perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional; programar, planejar e/ou executar ações, programas e projetos destinados ao desenvolvimento sustentável socioeconômico e ambiental na área territorial da bacia do rio Itapemirim; integrar ações, programas e projetos desenvolvidos por órgãos governamentais, ONGs, entidades e empresas públicas ou privadas, consorciadas ou não, destinadas a recuperação e preservação ambiental da região. O consórcio submete-se a decisões do Conselho de Administração por sugestão da Secretaria Executiva do consórcio. Ações em andamento: Projeto Geomunicipal (Mapeamento — IBGE); Município e a Gestão de Recursos Hídricos; elaboração do Pré-Diagnóstico Socioambiental; produção de mudas; captação de recursos para diagnóstico definitivo.

Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Castelo — Constituído pelos municípios de Castelo, Conceição do Castelo, Muniz Freire, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante, foi formalizado em 20/08/97. Objetivos: representar o conjunto dos municípios consorciados, em assuntos de interesse comum perante quaisquer outras entidades, especialmente perante os governos federal e estadual e quaisquer

outros municípios; promover o desenvolvimento socioeconômico do território correspondente à bacia do rio Castelo. Ações em andamento: pavimentação de estradas na região e ações de preservação ambiental.

Merco I — Composto pelo municípios de Irupi, Iúna, Ibitirama, Ibatiba, Muniz Freire e Divino de São Lourenço. Objetivos: ações integradas para solução de problemas comuns nas áreas de educação, saúde, turismo ou qualquer questão de interesse para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios integrantes.

2.4.10. Associações e sindicatos

Associação dos Produtores de Assunção

Presidente: Vitor Malini Targa
Endereço: Rodovia ES-181 - Km 32
Assunção — Piaçu — Muniz Freire - ES
CEP: 29386-000

Associação Café Leite

Presidente: José Gilberto Vial
Endereço: Rua Antônio Bazzarella s/n.º
Muniz Freire — Espírito Santo
CEP: 29380-000

Sindicato Patronal Rural

Presidente: Dari de Oliveira
Rua: Américo Mignone, n.º 45
Muniz Freire - ES

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Presidente: Daniel Machado de Araújo
Rua: José Martins, n.º 335
Muniz Freire - ES

2.4.11. Projetos potenciais

Discussão entre os municípios-membros do consórcio do Caparaó e proposição articulada para criação de incentivos fiscais que atraiam investimentos privados à região.

2.4.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.4.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.4.14. Turismo

A prefeitura tem, como vertente desenvolvimento, o incentivo a atividade turística no município.

Muniz Freire adquiriu da Embratur, em 1998, o selo de *Município de Grande Potencialidade Turística*, confirmando a necessidade de estruturação do setor.

Situado no entorno da Serra do Caparaó, o município possui diversas cachoeiras e belos vales, muito propícios ao desenvolvimento do ecoturismo.

A maior limitação à atividade turística no município é a ausência de infra-estrutura pública e privada. A prefeitura tem procurado incrementar a atividade com as seguintes iniciativas:

Selagem das estradas municipais — o caminho até as localidades turísticas está sendo bem conservado, facilitando o acesso de visitantes;

Reuniões comunitárias para esclarecimentos e motivação, buscando o apoio da população na recepção aos visitantes;

Incentivo à produção artesanal de doces, biscoitos, aguardente, laticínios e trabalhos manuais — para o desenvolvimento do agroturismo, agregando valor aos produtos locais.

O município conta com dois empreendimentos do tipo pesque-pague, que recebem, segundo a prefeitura, cerca de mil pessoas nos finais de semana. Um terceiro está em construção, devendo estar funcionando antes do final do ano.

Em hospedagem a estrutura municipal é muito precária, contando com apenas três estabelecimentos.

2.4.15. Instituições, entidades e pessoas entrevistadas

Secretaria Municipal de Administração
Maria Luiz Guimarães Soares
Prefeitura Municipal de Muniz Freire
Rua: Pedro Deps, n.º 9 - Centro - Muniz Freire
Telefone: 544.1113

Emcaper (escritório local)
Décio de Oliveira
Travessa Remi Luiz Alves, s/n.º — Parque de Exposição Agropecuária Dircêo Santos
Telefone: 544.1161

2.5. MUNICÍPIO DE IBATIBA

2.5.1. Setor agropecuário

A base da economia local está no setor agropecuário, sendo a cafeicultura a principal atividade do setor, com 7.500 ha de área cultivada, produzindo 5.400 t/ano (escritório local da Emcaper, 1999). Dados relativos a 1996 indicavam que o valor total da produção do setor era de R\$ 7.995.776,00, empregando 6.063 pessoas; contra R\$ 930 mil da atividade industrial, que gerava apenas 70 empregos (relatório do Pronaf, 1997).

A atividade agropecuária desenvolve-se com base na pequena propriedade familiar pouco tecnificada, resultando em baixo rendimento. As propriedades com até 50 ha de área são predominantes (92,14%), ocupando 54,48% da área total dos estabelecimentos (IBGE, 1995/96).

A cafeicultura encontra-se presente em 95% das propriedades e é responsável por aproximadamente 5 mil empregos. O café arábica é o principal produto, e sua comercialização é feita de forma individual e através de intermediários locais. Estes valem-se de sua melhor estrutura para, diante da fragilidade do pequeno produtor, obter ganhos expressivos com a atividade. O município já teve experiência de cooperativa que chegou a vender diretamente para o mercado externo, mas fracassou devido a problemas gerenciais.

As lavouras de milho, feijão e arroz são para subsistência e o excedente é vendido ao comércio local. As três culturas ocupam apenas 10% da área total dos estabelecimentos.

A olericultura é apontada como opção de diversificação agrícola e alternativa de renda para os agricultores familiares na entressafra do café. A área cultivada atualmente é de apenas 23 ha, com uma produção de 1.155 t/ano. O município possui áreas aptas para a expansão desse cultivo, que não ocorre por falta de tradição e capacitação técnica dos agricultores.

A pecuária possui um rebanho de 5 mil cabeças de aptidão leiteira, ocupando uma área de 6.500 ha, apresentando baixa produtividade em função do nível zootécnico, manejo e alimentação inadequados.

O município possui uma cobertura florestal de apenas 752 ha (3,34%), sendo 450 ha de nativas. Localiza-se na cabeceira da bacia do rio Itapemirim e em seu território estão inúmeras nascentes e córregos desprotegidos.

Entre os agricultores já existe a consciência da necessidade de reversão deste quadro, que esbarra na falta de mudas.

Ibatiba reivindica a construção e manutenção de um viveiro municipal com capacidade para produzir 100 mil mudas por ano entre frutíferas, nativas e exóticas. As mudas seriam utilizadas para recuperação de áreas degradadas, reimplantação de matas ciliares, formação de pomares e repovoamento do Horto Florestal.

O Horto Florestal foi inaugurado em 1989 e apresentado na ECO-92. Possui 125 mil plantas de 58 espécies em uma área de 25 ha, sendo considerado o 2º horto urbano do Brasil. Teve apoio do Bandes e da CVRD para a sua implantação e hoje recebe grande quantidade de visitantes.

2.5.2. Setor industrial

O setor industrial é pouco expressivo para a economia local, conforme visto anteriormente. Hoje o setor é representado por 13 empresas, que empregam 42 pessoas, significando 6% e 4% respectivamente, do total da microrregião (Findes/Ideies – 1988). O gênero alimentos é o mais representativo, empregando 57% de todo o pessoal ocupado em atividades industriais do município.

2.5.3. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.5.4. Setor comércio/serviços

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), em 1997 o setor empregava 785 pessoas, o que representa aproximadamente 75% dos postos de trabalho formal existentes em Ibatiba.

2.5.5. Agências bancárias presentes no município

- Banestes
- Banco do Brasil

2.5.6. Prefeitura Municipal de Ibatiba

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Planejamento
- Administração
- Finanças
- Transportes / Obras

Obs.: O município não possui PDU aprovado.

End.: Rua Salomão Fadlalah, n.º 255
29395-000 — IBATIBA - ES
Telefone: 543.1252/45
Fax: 543.1328

2.5.7. Estruturas do Estado (governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Idaf

2.5.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.5.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio Merco I — Envolvendo os municípios de Iúna, Ibatiba, Irupi, Ibitirama e Muniz Freire, tem por objetivo a promoção sociocultural e desportiva dos municípios integrantes.

Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó — Formalizado em 07/05/99, tem como um de seus objetivos a exploração do ecoturismo e do agroturismo como alternativas econômicas desejáveis às lavouras de café e à pecuária. O consórcio foi um dos resultados do trabalho da Associação Amar-Caparaó e, posteriormente, do Fórum pró-Caparaó, realizado pela Seama nos dez municípios da região (Alegre, Guaçuí, Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Iúna, Irupi, Muniz Freire, São José do Calçado, Ibitirama e Ibatiba), atingindo um total de 380 mil habitantes. O acesso capixaba ao Parque Estadual do Caparaó — a estrada-parque — foi uma das metas e resultado de ação do fórum, assim como a promoção de cursos de formação de multiplicadores em educação ambiental em todos os municípios.

Há ainda muitas ações e projetos a serem realizados para que o desenvolvimento sustentável realmente se estabeleça e se possa contar com um ecoturismo e um agroturismo responsáveis e não-predatórios.

É imprescindível um mínimo de remuneração e de condições materiais básicas para que as pessoas que se dispõem a desenvolver ações nesta área possam dedicar-se inteiramente ao trabalho. Além disso é preciso garantir melhores condições de transporte, de comunicação e de infra-estrutura organizacional.

A Coordenadora do Consórcio é a Sra. Dalva Riguier, da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama) — Vitória - ES.

2.5.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Conselhos Municipais

- Agricultura, Comércio e Indústria
- Saúde Social
- Educação
- Desenvolvimento Rural

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Av. Mário Andreazza, n.º 228
Centro
Ibatiba ES
29.395-000
Telefone: 543.1526

2.5.11. Projetos potenciais

Ibatiba tem a maior jazida de bauxita não explorada do Brasil. Daqui a cinco anos a mineradora Curimbaba vai começar a exploração do minério em Ibatiba. Os engenheiros calculam que deverá ser retirada uma tonelada de bauxita por dia.

2.5.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.5.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.5.14. Turismo

O Horto Florestal foi citado como o grande atrativo turístico do município.

2.5.15. Instituições entrevistadas

Escritório local da Emcaper

Prefeitura Municipal de Ibatiba

2.6. MUNICÍPIO DE IRUPI

2.6.1. Setor agropecuário

A cultura do café arábica é a base econômica do município, ocupando uma área de 10 mil ha, com uma produção média anual de 130 mil sacas beneficiadas, empregando aproximadamente 8 mil pessoas. Possui culturas de cereais (milho e feijão) em consórcio com o café.

É necessário introduzir novas tecnologias para a elevação da produtividade. A comercialização do café é feita individualmente com intermediários situados no município e em municípios vizinhos, devido à ausência de armazéns para estocagem da safra, à carência e ao alto custo do transporte. O município necessita de diversificação agrícola para diminuir os riscos provenientes da monocultura do café.

Segundo relatório do Pronaf (1998), a área plantada de milho caiu para 650 ha e a de feijão aumentou para 700 ha em relação aos dados do IBGE (1995/1996).

A pecuária de leite possui um rebanho de 2.730 cabeças, ocupando uma área de 3.200 ha e produzindo 978 mil litros de leite/ano. O produto é vendido ao posto de coleta da Parmalat (Lúna) e no comércio local. A baixa produtividade desta atividade ocorre em função do manejo e alimentação inadequados do gado.

O tomate e as olericulturas em geral são vendidos no comércio local.

O município possui uma cobertura florestal de 577 ha de matas nativas e 110 ha de reflorestamento de eucalipto. As nascentes e os córregos existentes em Irupi recebem uma carga significativa de agrotóxicos, o que demanda um trabalho de conscientização dos agricultores.

A forma de gestão predominante nas propriedades dá-se através da agricultura familiar.

A estrutura fundiária do município (IBGE 1995/96) compreende estabelecimentos no estrato de 0 a 10 ha, com 374 propriedades, que representam 11% da área total, e o estrato de 10 a 50 ha é representado por 342 estabelecimentos, concentrando 42% da área total.

Quanto à presença de agroindústrias no município, só existe um alambique.

2.6.2. Indústrias instaladas no município

Segundo o cadastro industrial da Findes/Ideies (1997/98), o município possuía um total de 7 indústrias, assim distribuídas segundo o gênero: 3 de alimentos, 2 de metalurgia, sendo o da construção civil e de material de transportes representados por 1 cada, gerando um total de 25 empregos. No contexto microrregional, o município de Irupi representa 3% do total de unidades instaladas na microrregião e

2,5% do pessoal ocupado, ficando em sétimo lugar em relação aos demais municípios (estando à frente somente de Ibitirama e Divino de S. Lourenço).

2.6.3. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.6.4. Setor comércio/serviços

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), em 1997 o setor empregava 242 pessoas, o que representa aproximadamente 97% dos postos de trabalho formal existentes em Irupi.

2.6.5. Agência bancária presente no município

Banestes (posto de atendimento)

2.6.6. Prefeitura Municipal de Irupi

Possui as seguintes secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração e Planejamento
- Agricultura e Meio Ambiente
- Fazenda e Finanças
- Transportes e Obras

A prefeitura não possui uma retroescavadeira que possa ajudar os agricultores na construção de poços ou açudes para criação de peixes, além de efetuar manutenção adequada nas estradas vicinais, principalmente no tempo chuvoso.

O município não possui PDU aprovado, mas existem leis regulamentares, como o Código Tributário n.º 148/97, o Código de Posturas n.º 210/99 e Atos de Limpeza Pública n.º 191/98.

2.6.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Idaf
- Funasa (faz controle epidemiológico junto com a Secretaria Municipal de Saúde)

2.6.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.6.9. Consórcios

Consórcio Merco I — Formado pelos municípios da região iniciados com a letra “I”: Irupi, Ibitirama, Ibatiba e Iúna. Seu objetivo principal é o de levantar recursos para a área socioeconômica.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Caparaó — Formado pelos nove municípios da microrregião, tendo como objetivo o acesso da população envolvida à medicina especializada. (Presidente: prefeito municipal de Alegre.)

Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó — Oficialmente formalizado em 7 de maio de 1999. Objetivo principal: a exploração do ecoturismo e do agroturismo como alternativas econômicas desejáveis às lavouras de café e à pecuária. O estabelecimento do consórcio foi um dos resultados do trabalho da Associação Amar-Caparaó e, posteriormente, do Fórum Pró-Caparaó, realizado pela Seama nos dez municípios da região (Alegre, Guaçuí, Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Iúna, Irupi, Muniz Freire, São José do Calçado, Ibitirama e Ibatiba), atingindo um total de 380 mil habitantes. O acesso capixaba ao Parque Nacional do Caparaó, efetuado pela estrada-parque, foi uma das metas e resultado da ação do fórum, assim como a promoção de cursos de formação de multiplicadores em educação ambiental em todos os municípios. Há ainda muitas ações e projetos a serem realizados para que o desenvolvimento sustentável realmente se estabeleça e se possa contar com um ecoturismo e um agroturismo responsáveis e não-predatórios. É imprescindível um mínimo de remuneração e de condições materiais básicas para as pessoas que se dispõem a desenvolver ações nesta área para que possam dedicar-se inteiramente ao trabalho. É necessário também garantir melhores condições de transporte, de comunicação e de infraestrutura organizacional. A coordenadora do consórcio é a Sra. Dalva Riguier, da Seama, Vitória, ES. (Presidente: prefeito de Dores do Rio Preto.)

2.6.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Assistência Social

Federação das Associações Comunitárias Rurais de Iúna e Irupi (Faci)

(O município é associado a esta federação)

(João Mariano, fone 545-1298)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)

(Sebastião, fone 545-1298)

Sindicato dos Servidores Públicos de Irupi (Sindispi)

(Mário Gomes de Souza, fone 545-1298)

2.6.11. Projetos potenciais

Estudos para implantação do Plano Municipal de Gestão das Águas (PMEA)

2.6.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.6.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.6.14. Turismo

O município de Irupi possui apenas um hotel e apresenta vários pontos turísticos, como cachoeiras, grutas e pedras, e está localizado no entorno do Parque Nacional do Caparaó. De acordo com o relatório do Pronaf (1997), o município faz parte do “Circuito *Mountain Bike* da Serra do Caparaó” e do “Programa Nacional de Municipalização do Turismo”. Irupi possui potencialidades, mas necessita de maior incentivo, além de um trabalho de conscientização e capacitação dos moradores locais.

2.6.15. Instituições entrevistadas

Emcaper (escritório local)
(Telefone da PM, 545-5102, R. 33)

Prefeitura Municipal de Irupi
Rua Talma Gomes de Freitas, s/n.º
Centro
Irupi ES
29.298-000
Telefone: 545-5102
Telefax: 545-5101

2.7. MUNICÍPIO DE IBITIRAMA

2.7.1. Setor agropecuário

A economia do município gira em torno da cultura do café, com uma área plantada de 6.300 ha e uma produção de 10.080 t/ano. É comercializado no mercado regional ao preço aproximado de R\$ 131,00/saca. Em seguida vêm as culturas de milho, feijão e mandioca. A plantação de milho ocupa uma área de 700 ha, sendo este produto comercializado a R\$ 10,00 a saca. O feijão, que ocupa uma área de 560 ha, é vendido a R\$ 40,00/saca. Segundo dados do IBGE (1995/96), as culturas de arroz e mandioca são de subsistência, mas o excedente é comercializado no mercado local.

Na fruticultura existe a banana, com uma área plantada de 138 ha.

A pecuária leiteira constitui atividade de grande importância no município. Com preço médio do litro de leite de R\$ 0,26 (vinte e seis centavos), o produto é comercializado nas cooperativas e receptoras que atendem ao município (Colagua, Parmalat e Glória). Segundo a Emcaper local, o município possui potencialidades para cafeicultura, pecuária leiteira, olericultura, fruticultura e agropecuária.

A forma de gestão da propriedade é predominantemente familiar.

O número de empregos gerados pela agricultura gira em torno de 6 mil.

Ainda segundo a Emcaper, a estrutura fundiária expressa-se da seguinte forma: no estrato de 0-50 ha o município possui 512 propriedades, que correspondem a 80% da área total; o restante é distribuído entre 50-100 ha, com 15%; 100 e mais ha, com 5%.

Ibitirama conta com a cobertura da Emcaper em 224 propriedades, que correspondem a 34,5% do total, sendo a demanda atual de 65,5%.

O município teve acesso ao crédito rural através do Banco do Brasil (Rápido/Pronaf) para custeio agrícola na área de café; entretanto não foi contemplado pelo Pronaf em seu conjunto.

Existe a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, porém sem eficiência, devido à falta de apoio do poder público municipal.

2.7.2. Indústrias instaladas no município

Segundo dados da Findes/Ideies (1997/98), o município possuía apenas 8 plantas industriais, responsáveis por 17 pessoas ocupadas neste setor. O gênero alimentos é o mais representativo, com 4 unidades, empregando 10 pessoas. No contexto microrregional, Ibitirama é o penúltimo município no *ranking* dos 9, representando apenas 3,7 e 1,7%, respectivamente quanto o número de unidades e pessoal ocupado em relação ao total da microrregião.

2.7.3. Setor comércio/serviços

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), em 1997 o setor empregava 170 pessoas, o que representa aproximadamente 82% dos postos de trabalho formal existentes em Ibitirama.

2.7.4. Agência bancária presente no município

- Banestes

2.7.5. Prefeitura Municipal de Ibitirama

Secretarias da PM ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura
- Finanças
- Meio Ambiente

O município não possui PDU aprovado.

Estruturas do Estado presentes no município

- Emcaper
- Idaf

2.7.6. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.7.7. Consórcios intermunicipais

Consórcio Merco I — Formado pelos municípios iniciados com a letra “I”: Ibatiba, Ibitirama, Irupi e Iúna. Visa obter recursos para a área socioeconômica.

Consórcio Bacia do Rio Itapemirim — Este consórcio beneficiará o município com melhorias para o meio ambiente. Está em fase de aprovação pela Câmara municipal.

2.7.8. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de Moradores de Santa Marta (Amosana)
(Presidente: Vanderley Vezula)

Rua Principal, s/n.º
 Santa Marta
 Ibitirama ES
 29.540-000

Associação de Moradores da Cidade de Ibitirama e Adjacências (Amia)
 (Presidente: Reginaldo Simão de Souza)
 Rua Antônio Lemos Barbosa, 111
 Ibitirama ES
 29.540-000

Associação de Desenvolvimento Rural de Água Limpa (Aderal)
 Presidente: Antônio Paulo da Silva
 Água Limpa
 Zona Rural
 Ibitirama ES
 29.540-000

Conselho da Agricultura

Conselho da Educação e Turismo

Conselho da Saúde

Conselho de Assistência Social

Sindicato Patronal Rural
 (Presidente: Vandeir de Souza)
 Rua Antônio Barbosa, s/n.º
 Ibitirama ES
 29.540-000

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
 (Presidente: Antônio M. Barradas)
 Rua Lazarino Ricci, s/n.º
 Ibitirama ES
 29.540-000

Sociedade Pró-Melhoramento do Caparaó (Somec)
 (Presidente: Francisco Vieira Barradas)
 Av. Anísio Teixeira da Silva, s/n.º
 Ibitirama ES
 29.540-000

2.7.9. Assentamentos rurais

Existe um em princípio de ocupação, com um número pequeno de pessoas.

2.7.10. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.7.11. Instituições/pessoas entrevistadas

Emcaper (escritório local)
(Claudionor Francisco da Silva, fone 551.5144)

Prefeitura Municipal de Ibitirama
(Prefeito: Sr. Geraldo Gomes de Carvalho)
(Pessoas entrevistadas: Geraldo e Acácio)
Av. Lazarino Ricci, 30
Centro
Ibitirama ES
29.540-000
Telefax: 551.5147

2.8. MUNICÍPIO DE DORES DO RIO PRETO

2.8.1. Setor agropecuário

Segundo o dados do IBGE (1995/96), o café é um dos principais produtos da agricultura do município, gerando 93% da renda total do setor. No período 1995/96 as duas atividades que tinham alguma representatividade eram, de longe, a produção de feijão, com 3,6%, e a de milho, com 2% da renda gerada. Esses dois produtos cumpriam o papel de subsistência para os micro e pequenos produtores.

De acordo com a Emcaper local (1998), a área total cultivada é de 3 mil ha e a área em formação é de 200 ha, enquanto a produção cafeeira (1998) é de 36 mil sacas beneficiadas de 60 quilos. O número de produtores de café no município é de 305. A comercialização do produto é feita através de compradores da região em sua maioria, mas existem também os compradores particulares que, no caso de Dores do Rio Preto, são expressos pela Vitório's Café e pela Cooperativa Agrícola do Vale do Paraíso (Coavap).

Em Dores do Rio Preto, ainda segundo a Emcaper local, o feijão e o milho continuam sendo as duas atividades mais representativas, depois do café. O feijão, ocupando uma área de 1.100 ha, apresenta uma produção de 11 mil sacas beneficiadas de 60 quilos. No município há 240 produtores de feijão, e a comercialização é feita por intermediários da região. A cultura de milho, ocupando uma área de 900 ha, apresenta uma produção de 22.500 sacas beneficiadas de 50 quilos. Dores do Rio Preto tem 156 produtores de milho e a comercialização é feita da mesma forma que a do feijão.

O IBGE nos mostra que no período 1995/69 os microestabelecimentos (0-50 ha) representavam 32% do total; os pequenos (50-100 ha) e os médios (100-200), 44%. Esses últimos prevaleciam no município. Já segundo a Emcaper local (1998), essa situação sofreu uma forte alteração. Os microestabelecimentos (0-50 ha) representam agora 73% do total, sendo maioria, e os pequenos (50-100 ha) e médios (100-200 ha), apenas 27% do total.

Este setor emprega aproximadamente 3 mil pessoas, sobretudo na cafeicultura.

O sistema que prevalece é a agricultura familiar, com a utilização de parceria.

Dores do Rio Preto possui grande potencial agrícola em função do relevo, de sua bacia hidrográfica, além da localização geográfica.

A cobertura da Emcaper no município está, hoje, em torno de 80% dos estabelecimentos. É um trabalho executado em parceria com a Cooperativa Agrícola de Produtores de Dores do Rio Preto (Cooperdores). A demanda por serviços de assistência técnica é grande, pois o acompanhamento técnico é personalizado, atendendo a todos os cooperados do município.

Inexiste crédito agrícola na região.

Pontos de estrangulamento mais importantes: produtores descapitalizados; falta de uma política agrícola para o setor; falta de mentalidade empresarial do produtor e falta de apoio dos governos municipal, estadual e federal.

Obs.: o município não foi contemplado com recursos do Pronaf.

Existe uma indústria de laticínios em Dores do Rio Preto, a “Laticínios Pajé” (produtos “Bien Blanch”). A empresa, no momento, possui 40 empregados e processa 7 mil litros de leite diariamente. Além dos produtores do município, a empresa recebe a matéria-prima de municípios vizinhos. São seus principais produtos: queijo, requeijão, manteiga, ricota e doce.

2.8.2. Indústrias instaladas no município

Com apenas 6 unidades instaladas, ocupando 57 pessoas (Findes/Ideies, 1997/98), este setor é bem pouco desenvolvido no município. O gênero de maior destaque é o de alimentos, com 3 empresas, responsável pela ocupação de 40 pessoas (mais de 70% do total).

No contexto microrregional, Dores do Rio Preto está no penúltimo lugar no *ranking* geral dos nove municípios que constituem a microrregião (0,8% do pessoal ocupado e 3,4% das unidades instaladas,) superando apenas Divino de São Lourenço.

2.8.3. Centro/distrito industrial

Ainda em processo de criação, no distrito de Pedra Menina.

2.8.4. Setor comércio/serviços

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), em 1997 o setor empregava 164 pessoas, o que representa aproximadamente 65% dos postos de trabalho formal existentes em Dores do Rio Preto.

2.8.5. Agência bancária presente no município

- Banestes

2.8.6. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.8.7. Prefeitura Municipal Dores do Rio Preto

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura
- Finanças
- Meio Ambiente
- Transporte/Obras e Infra-estrutura

O município atravessa grande dificuldade, pois teve uma queda de receita em torno de 57%, devido ao menor volume de ICMS acarretado pela falta de fiscalização nos pontos de fuga nas fronteiras. A atual administração preocupa-se com o desenvolvimento sustentável sem agressão ao meio ambiente, aproveitando sua localização, além dos recursos oferecidos pela região. Dores do Rio Preto conta, também, com alguns serviços: os da Telemar, da Cesan, da Escelsa e da ECT. O município possui, ainda, duas empresas de transporte, como a Viação Real Ltda. e a Rodoviário Ramos Ltda.

O município não possui PDU aprovado.

O município possui, hoje, quatro instituições em funcionamento: o Conselho Escolar, o de Merenda Escolar, o de Assistência Social e o de Desenvolvimento Econômico.

2.8.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Idaf
- Sebrae/ES
- Senai/Sesi
- Senac/Sesc

2.8.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó — Tem como objetivo integrar os municípios da microrregião do Caparaó. O presidente é o prefeito de Dores do Rio Preto, Sr. Jorge Riva.

2.8.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Ação Popular de Proteção Ambiental (Appa) — Tem como objetivo gerir o crescimento sem agredir o meio ambiente. Existe no município desde 1998.

Associação de Proteção Ambiental e Agroturismo (Apratur) — Objetivo principal: maximizar as potencialidades de Dores do Rio Preto, adicionando valor aos produtos derivados do agroturismo. A associação está com um projeto em desenvolvimento na área de artesanatos, doces caseiros, com ponto de venda no município. Existe no município desde 1998.

Cooperativa Agrícola de Pequenos Produtores Rurais de Dores do Rio Preto (Cooperdores) — Possui um bom funcionamento e vem desenvolvendo um excelente trabalho com os produtores rurais. A cooperativa gera oito empregos diretos. Tem como objetivo chegar ao Bancov; possui um ponto de venda de adubo e produtos químicos, e pretende atingir o objetivo de centralizar a compra do café.

Sindicato dos Funcionários Público Municipais
(José Sérgio Menezes de Araújo, fone 551-3102)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
(Marilene Faria, fone 551-3161)

2.8.11. Projetos potenciais

Há um projeto de asfaltamento, que deverá ligar a sede do distrito de São Raimundo ao de Mundo Novo, ligando também à cidade vizinha de Divino de São Lourenço, que se constituirão em pontos de apoio turístico. Em virtude da burocracia estadual, a obra caminha muito lentamente, sobretudo devido à dificuldade de liberação de verbas.

O agroturismo e o turismo de montanha estão se aprimorando nesta região.

2.8.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.8.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.8.14. Turismo

Existem, em Dores do Rio Preto, oito unidades de hospedagem, além de pousadas que os próprios moradores alugam (em suas próprias residências).

O principal ponto turístico da região é o Parque Nacional do Caparaó. O parque está localizado nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, possui 26 mil ha, sendo 75% desta área pertencente ao ES. Tem como maior atração o Pico da Bandeira, a terceira maior altitude do país, com 2.889 m. Com temperaturas que variam de -8° C a 20° C, fica a apenas 280 km de Vitória. Existem inúmeras cachoeiras, sendo a maior delas a Cachoeira Bonita, com seus 80 m de queda d'água, contando ainda com trilhas, outros picos, como o do Cristal e do Calçado, havendo também os belos mirantes do parque. Durante todo o ano é possível visitá-lo, sendo o acesso pelo lado capixaba feito pela ES-482, chegando à cidade de Dores do Rio Preto. De lá, segue-se para a localidade de Pedra Menina, onde se situa a sede capixaba do parque.

A “vocação turística” do município está, fundamentalmente, na possibilidade de intensifica o da explora o racional e não-degradável do Parque do Caparaó. Assim, o município possui um potencial invejável, com suas belas cachoeiras cercadas pelas florestas típicas de montanha.

2.8.15. Institui es/pessoas entrevistadas

Prefeitura Municipal Dores do Rio Preto

(José Carlos Nunes de Melo)

Rua Pedro de Alcântara Golveia, 122

Centro

Dores do Rio Preto ES

29.580-000

Telefones: 551-3157 / 551-3102

Escritório local da Emcaper

(Ailson José Silva)

Rua Pedro de Alcântara, 120

Dores do Rio Preto ES

Telefone: 551-3153

2.9. MUNICÍPIO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO

2.9.1. Setor agropecuário

Segundo o IBGE (1995/96), as principais culturas do município são as seguintes: arroz, banana, café, feijão, mandioca e milho. Entretanto, do ponto de vista da renda gerada (VBP), somente as seguintes culturas merecem consideração: café (91% do total), milho (3%), feijão (2,8%) e banana (2%).

De acordo com informações do escritório local da Emcaper, no ano de 1999 a cafeicultura seria responsável por aproximadamente 70% da renda gerada, e a bovinocultura de leite, por 20%. Também têm importância o milho e o feijão, sendo o primeiro cultivado em áreas específicas e o segundo, consorciado ao café na maior parte dos estabelecimentos. Assim, enquanto o milho exerce papel de mera subsistência dos agricultores locais, o feijão assume a característica de uma cultura mais comercial, complementando a renda dos produtores. Quanto à silvicultura (plantio de eucaliptos), há, hoje, no município, em torno de 1 mil ha plantados.

Ainda segundo a Emcaper local, do ponto de vista da estrutura fundiária, predomina o estrato de 0 a 40 ha para a maioria dos estabelecimentos agropecuários. Já segundo o IBGE (1995/96), conforme o critério da área apropriada, 38% dos estabelecimentos estão no estrato de 0 a 50 ha; 40% no de 50 a 200 ha e apenas 22% no de 200 ha e mais. Portanto, 78% dos estabelecimentos rurais de Divino de São Lourenço possuem uma área que vai de 0 a 200 ha. Do ponto de vista da relação do número de estabelecimentos por estratos de área, 82% deles estão na faixa de 0 a 50 ha, apenas 16% na de 50 a 200 ha e somente 2% na de 200 ha e mais. Pode-se, portanto, concluir desses dados que a grande predominância em Divino de São Lourenço é de micro e pequenos estabelecimentos (0 a 50 ha).

Não existem agroindústrias em Divino de São Lourenço. Quanto à presença do Pronaf no município, este projeto inicia-se em 1998.

2.9.2. Indústrias instaladas no município

Existem apenas três empresas instaladas no município (Findes/Ideies, 1997/98), sendo duas do gênero alimentos e uma de vestuário, calçados e outros. Tais empresas empregavam, no período de 1997/98, apenas oito pessoas.

No contexto microrregional, Divino de São Lourenço está em último lugar no *ranking* dos municípios, representando apenas 0,82% do pessoal ocupado (966) e 1,4% do número total de unidades industriais existentes (213).

2.9.3. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.9.4. Setor comércio/serviços

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais/97), em 1997 o setor empregava 186 pessoas, o que representa 75% dos postos de trabalho formal existentes em Divino de São Lourenço.

2.9.5. Agência bancária presente no município

- Banestes

2.9.6. Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço

Secretarias da prefeitura ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Agricultura e Meio Ambiente
- Administração e Finanças

Quanto aos projetos que estão sendo tocados atualmente pela prefeitura, resumem-se aos resultados práticos do Pronaf, iniciado em 1998: construção da Casa do Agricultor; aquisição de um caminhão; *idem*, de um trator agrícola; oferta aos agricultores locais de sementes melhoradas (milho e feijão); envio de uma pessoa do município ao Estado de Minas Gerais para fazer um curso de inseminação artificial e disponibilização de uma motocicleta para o atendimento aos bovinocultores nesta área específica.

Obs.: O município não possui PDU aprovado.

2.9.7. Estrutura do Estado presente no município

Emcaper

2.9.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.9.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal do Caparaó — Instituído em 7 de maio de 1999, tendo, além de Divino de São Lourenço, os seguintes municípios integrantes: Alegre, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibitirama, Irupi, Iúna e Muniz Freire. Seus objetivos principais são: desenvolvimento do turismo de montanha na região e preservação do meio ambiente, sobretudo a conservação do Parque Nacional do Caparaó e seu entorno. (Ana Adélia C. Brasil, fone 551-1220)

2.2.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de Produtores Rurais de Divino de São Lourenço
(Aristodemos de P. Hansen, fone 551-1177)

Conselho Municipal de Agricultura (Pronaf)
(Prefeito municipal, fone 551-1195)

Conselho Municipal da Pestalozzi “Menino Jesus”
(Ana Adélia C. Brasil, fone 551-1220)

Conselho Municipal do Idoso
(Linéia S. Costa, fone 551-1195)

Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
(Linéia S. Costa, fone 551-1195)

Cooperativa de Laticínios de Guaçuí
R. Lino F. de Mendonça, s/n.º
Centro
Divino de São Lourenço ES
29.590-000

2.9.11. Projetos potenciais

Segundo a prefeitura local, projeta-se a instalação de uma engarrafadora de água mineral.

Conforme a “Pesquisa Empresarial”, do Sebrae (Sebrae/ES. *Programa de interiorização — Diagnóstico socioeconômico. Município de Divino de S. Lourenço. S.n.t. Vitória: 1998, p. 85*), as quatro potencialidades mais importantes no município são: fábrica de biscoitos, fábricas de doces, cultivo de feijão e implantação de padaria.

2.9.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.9.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.9.14. Turismo

Segundo técnico da prefeitura, o município possui vocação turística, sendo necessária, entretanto, a instalação de uma rede de pousadas e hotéis na região para que esta vocação seja potencializada ainda mais.

Divino de São Lourenço está a aproximadamente 25 km do portal do Parque Nacional do Caparaó e possui em torno de 10 cachoeiras.

2.9.15. Instituições e pessoas entrevistadas

Escritório local da Emcaper

(Carlos A. de Aguiar, fone 551-1177)

Pça. 10 de Agosto, 10

Centro

Divino de São Lourenço ES

29.590-000

Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço

(Sebastião Antunes, fones 551-1177 e 551-1188)

ça. 10 de Agosto, 10

Centro

Divino de São Lourenço ES

29.590-000